

Como devem os socialistas se organizar?

Debatedores: **Asmi Tiunara, Gilbert Achcar, Paul Le Blanc e Alex Callinicos** | Introdução e tradução: **Aldo Cordeiro Sauda**

Ocorrido na conferência *Marxismo* de 2013, em Londres, Inglaterra, o debate traduzido e editado abaixo é de importância particular à esquerda anticapitalista no atual momento de reorganização política. A atividade “[how should socialists organize?](#)”, uma das centenas de mesas organizadas durante cinco dias pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (SWP) do Reino Unido, teve como expositor alem de Asmi Tiunara, do SWP, Gilbert Achcar, membro do Novo Partido Anticapitalista (NPA) da França e Paul Le Blanc, da Organização Socialista Internacional (ISO) dos Estados Unidos. Alex Callinicos, membro da direção do SWP, participou do debate intervindo da plateia. Ressaltando a discussão teórica marxista, editamos a troca de ideias, cujo original transcrito ao português ocupava mais que o dobro do espaço abaixo. Provocações entre os palestrantes, assim como debates mais conjunturais sobre partidos da esquerda radical na Europa foram retirados do texto para valorizar as reflexões ligadas a estratégia. A gravação do debate, publicado no youtube, pode ser encontrado [aqui](#).

O evento aconteceu em meio a um processo conturbado de ruptura no SWP, no qual a maior parte da juventude e muitas de suas figuras públicas abandonaram o grupo. Além de graves denúncias morais relacionadas a um caso de estupro, a divisão se deu também por divergências organizativas e teóricas em torno do regime interno. O debate público sobre a crise do grupo e sua forma de organização, incluindo correntes políticas de tradições diferentes, ressaltou diversos aspectos teóricos e práticos sobre o leninismo no século XXI.

Gilbert Achcar: Participo deste debate de uma perspectiva muito amigável ao SWP britânico. O Alex é testemunha disto. Sou inteiramente contra a demonização do SWP e de colocar o SWP no ostracismo, pois a destruição do SWP seria uma grande derrota para os revolucionários neste país. Dito isto, devemos também evitar a auto-destruição, e é este o centro de nosso debate. Posto que vocês tornaram o leninismo um fetiche – e este é o termo correto para descrever a relação de vocês com ele – reduzir o leninismo desta forma ao centralismo democrático coloca a necessidade de se dizer algumas coisas.

Primeiro, o regime interno do SWP é mais centralizado e menos democrático que o Partido Bolshhevik pré-1917. Lendo até mesmo Zinoviev em seu livro "[História do Partido Comunista \(Bolchevique\) da URSS](#)" você tem um capítulo inteiro sobre as frações, do período entre 1906 e 1909. Frações públicas que incluíam parlamentar do partido, membros do comitê central e tudo mais. Estas coisas não eram resolvidas pela via das expulsões, mas sim com duros debates políticos. Lenin considerava que o partido bolshhevik estava adaptado às condições russas. O seu modelo para a Alemanha era o Partido Social Democrata, no qual havia uma longa tradição de debates de tendências ou frações bastante públicas, da direita à esquerda do partido. E na verdade em sua própria concepção de organização partidária, Lenin não foi nem mesmo capaz de enxergar os problemas que a burocracia representava no Partido Social Democrata Alemão. Enxergou muito menos que Rosa Luxemburgo. Então porque não fetichizar a Rosa e não Lenin, que tem muito a ensinar, principalmente em um país como este, que tem muito mais em comum com a Alemanha daquela época do que a Rússia de Lenin.

Agora, peguemos uma ilustração, o último episódio desta crise, que eu achei particularmente e totalmente inacreditável: de

suspender militantes partidários porque haviam escrito em um blog ou algo do tipo. Apenas pensem no que ocorreu em 1917 em meio à revolução no qual dois membros da direção do partido bolshevik, Zinoviev e Kaminev, que pronunciaram-se na imprensa burguesa, – ou na imprensa dirigida por Gorki, mais ligado a burguesia – denunciando a decisão interna, secreta, da insurreição em outubro. Lenin dizia que por conta disto, por conta desta gravidade, que era uma ruptura tão grave das deliberações, que ele próprio os chamou de fura-greve e exigiu a expulsão deles do partido. eles não foram expulsos. Kaminev apenas foi retirado do Comitê Central. Foi apenas isto, não foram nem suspensos, era outra concepção de organização.

Depois da revolução, nas condições posteriores, você tem este modelo do chamado “centralismo democrático” das 21 condições de admissão à Internacional Comunista. Porém, não é possível separa-las do contexto. [A primeira coisa dita nas condições de admissão é que](#) “em quase todos os países da Europa e da America, a luta de classes está entrando na fase guerra civil”. “Os partidos filiados à Internacional Comunista devem ser construídos segundo o principio do centralismo democrático no atual período de guerra civil encarniçada”, e continua “um partido comunista so pode cumprir seu dever, etc etc.” isto eh um contexto muito especifico, você não pode apenas generalizar isto.

Mas mesmo se lermos as [teses dos 3o congresso](#), na estrutura partidária encontraremos inclusive muitas qualificações, você encontrará o seguinte: “A centralização no Partido Comunista não deve ser formal e mecânica; deve ser uma centralização da atividade comunista” e não de debates, diga-se de passagem. “Uma centralização formal ou mecânica será apenas a centralização do ‘poder’ nas mãos de uma burocracia para dominar os outros membros do partido”. Esta é a política da Terceira Internacional. E a mais importante qualificação é dizer “não pode haver uma forma de organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas.

As condições da luta proletária se transformam constantemente e, conforme essas transformações, as organizações da vanguarda do proletariado devem também procurar constantemente formas novas e adequadas. As particularidades históricas de cada país determinam também formas especiais de organização para os diferentes países.”

Tempo e espaço. Esta é a base sobre a qual se constrói uma organização. Não com uma ideia pré-concebida, abstrata, que é vista como válida para todos os tempos e todos os países. Isto não é sequer leninismo, e lembrem-se, [Lenin reagiu até a estas estruturas](#) no ano seguinte escrevendo: “esta resolução é excelente, mas ela é quase inteiramente russa, em outras palavras, tudo nela se baseia em condições russas (...) Ela é muito russa. Não porque foi escrita em russo, mas porque ela é profundamente embutida de um espírito russo. Se por acaso algum estrangeiro entende-la, ele não conseguirá executá-la.”

A pergunta colocada aqui, acredito eu, foi [muito bem sintetizada por Trotsky](#) em seu livro *Stalin*. Um livro, inclusive, muito interessante na questão da organização. “A chave do problema dinâmico de direção reside nas relações concretas entre a máquina política e o seu partido, entre a vanguarda e a sua classe, entre o centralismo e a democracia. Estas relações não podem, pelo seu caráter, estabelecer-se a priori e petrificar-se. Dependem das condições históricas reais e a sua balança instável regula-se pela *luta vital das tendências*, que, representadas pelas alas extremas, oscilam entre o despotismo da máquina política e a impotência dos tagarelas.”

Agora, a pergunta que surge é que tipo de organização que devemos construir no Reino Unido no século XXI. Este aqui não é o Reino da Arábia Saudita. Estamos na Grã Bretanha, um país no qual você não ira encarar uma polícia política que te persegue e coisas do tipo. Temos que olhar o espírito da nova geração, o fato de esta nova geração ter compreendido, na sua própria forma, é claro, as lições do colapso deste enorme

tragédia chamada Socialismo no Século XX, e é extremamente sensível no tema da democracia. Você também precisa olhar, de certa forma, na questão tecnologia. Sou um materialista bruto neste sentido, e acho que a imprensa subterrânea lhe da uma forma específica de organização, a internet lhe da outra forma organizacional, é preciso levar tudo isto em consideração.

Paul Le Blanc:

Camaradas, é um verdadeiro prazer estar aqui com vocês discutindo questões importantes nesta mini-série na conferência sobre Leninismo no Século XXI. Segundo minha compreensão, não há dúvidas entre nós sobre a necessidade de um partido revolucionário enraizado em perspectivas leninistas. A questão é, ou uma questão é, como tal partido deve ser construído. Muitos nesta sala se apresentam como membros de partidos revolucionários de vanguarda. Eu argumentaria, segundo minha compreensão, que não existe hoje um partido revolucionário de vanguarda. Ele ainda tem de ser construído.

Se olharmos “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo”, em que Lenin fala de partidos revolucionários, ele fala em três pré-condições para tal partido. A primeira é a necessidade de haver uma camada de vanguarda entre os trabalhadores. Uma camada da classe trabalhadora com consciência de classe. É necessário também um partido com um programa revolucionário correto. Não um programa perfeito. Pode se argumentar que o SWP, assim como a ISO, tem bons programas. São perfeitos? Não. Precisam ser melhorados, é claro. Eu sei que nos Estados Unidos, infelizmente, não existe uma camada de vanguarda da classe trabalhadora que tenha consciência de classe. Três condições: camada de vanguarda da classe trabalhadora, programa revolucionário, e contato com massas de trabalhadores. Contato íntimo com massas de trabalhadores. Isto é o que Lenin mapeia como pré-condições para aquele

partido, e sem isto, cai-se “em ficção, frases sem significado e gestos grotescos”.

Também argumentaria que não existe um núcleo de tal partido revolucionário nos EUA ou no Reino Unido. Acredito que os camaradas que estão aqui são parte deste futuro núcleo, há camaradas que não estão aqui que são parte, e há camaradas que ainda não são nem camaradas, camaradas que ainda não são revolucionários, que terão que vir a se juntar a nós. Mas isto não ocorrerá agora.

Uma segunda coisa que precisamos entender é quem é a classe trabalhadora e qual seu significado. A classe trabalhadora que existia nos tempos de Lenin e Trotsky, ou de James P. Cannon não existe mais. Isto não significa que não há mais classe trabalhadora, mais aquela classe trabalhadora se decompôs, e há uma recomposição da classe trabalhadora em curso. Ela parece diferente de quando existia na época em que Lenin e Trotsky estavam escrevendo. Isto não quer dizer que Lenin, Trotsky e Luxemburgo não sejam relevantes. São muito relevantes, mas o que precisamos entender é como aplicar isto à nossa realidade hoje. É preciso também ajudar a construir consciência de classe, entendendo que existem diferentes identidades. Posso lhes dizer que nos EUA a classe trabalhadora como um todo não se enxerga como classe trabalhadora. Ela se vê como “classe média”. Não seriam ricos, nem pobres, estariam em algum lugar no meio. Agora, isso não quer dizer que eles não sejam a classe trabalhadora. Assim como eles têm elementos de consciência de classe.

Muitas pessoas se identificam em torno de causas específicas. A causa ambientalista, questões ligadas a oposição a guerra, questões ligadas ao racismo, diferentes temas ligados à identidade, e isso faz parte da luta de classes. A classe recorta todos esses temas e todas essas identidades. Sou feminista, anti-racista, sou ativista ambiental, sou uma pessoa contra a guerra, como parte de ser um trabalhador. Além do mais, sou um trabalhador, eu vendo minha força de trabalho

em troca de um salário, como a maioria das pessoas nos EUA.

Esta é a parte da realidade com a qual lidamos nos EUA e imagino que tenha similaridades aqui no Reino Unido. Portanto, temos que nos envolver em lutas. Educação socialista e lutas. Lutas sociais de vários movimentos e sindicatos, porém a maioria da classe trabalhadora não está em sindicatos. Mas a luta de classes vai para além dos sindicatos, e temos que nos envolver nisto. Sei que não estou dizendo algo que vocês não sabem ou com o qual não concordam, há concordâncias entre nós nesses aspectos, porém pode haver divergências também. De qualquer forma, isto é um ponto chave.

A terceira coisa que temos que entender, e acho que é algo que compreendemos, é a centralidade da democracia. O centralismo democrático é necessário. Agora, como se define centralismo democrático? Como se entende isso é um tópico em debate na organização de vocês, do SWP- Reino Unido. Na palestra passada Alex Calinicos disse que há uma forma particular de compreender e interpretar o centralismo democrático que se desenvolveu no SWP- Reino Unido. Esta não é a única forma de se compreender o centralismo democrático, caso contrário o Alex não teria formulado aquilo daquele jeito.

Toda a nossa esperança no futuro está em formar quadros, isto é, aqueles que entendem a história no longo prazo e ao mesmo tempo as exigências imediatas, como organizar uma reunião, como organizar uma manifestação, saber se relacionar com os outros na luta, e como recrutar pessoas mais e mais. O centralismo democrático, francamente, tem de relacionar-se de forma harmônica e consistente com esta necessidade.

Asmi Tiunara: Bem, camaradas, nos reunimos neste fim de semana em meio a levantes que sacodem o mundo e constantemente colocam a questão e a necessidade de uma organização. Um fenômeno que tenho visto é, agora, que ouvimos muito na

esquerda do ressurgimento de formas organizativas do radicalismo reformista de esquerda.

Alguns na esquerda que argumentam que estas novas formações foram capazes de superar as divisões entre reforma e revolução, em parte por conta de sua retórica radical anti-austeridade, em parte porque estas formações incorporam e envolvem setores da esquerda revolucionária ou radical dentro destas organizações. Minha visão é que devemos dar bem vindas a elas. Devemos dar bem vindas a qualquer ameaça, colocada pela esquerda, a linha majoritária da social-democracia, assim como das políticas de austeridade e os ataques que estamos enfrentando. Porém, não aceito que a divisão entre reforma e revolução pode ser simplesmente evitada ou superada por novas formações de organizações reformistas de esquerda.

Há muitas razões pela qual os partidos revolucionários são necessários, e quero mencionar apenas duas delas. a primeira se relaciona a questão do estado capitalista. não acredito que exista qualquer forma de superar a questão do reformismo. se a estratégia política de qualquer partido é pegar as alavancas do estado capitalista, este governo de esquerda, como aprendemos na historia, será esmagado, isolado, ou deformado e tornado em uma réplica do estado capitalista.

A segunda razão pela qual precisamos falar sobre é a necessidade de um partido revolucionário e seu formato é a questão das desigualdades da classe trabalhadora. Quando falamos da classe trabalhadora, esta correto o Paul ao dizer que a classe mudou de aparência nas diferentes eras nas quais existiu. Porém, na verdade eu não acho que nem Marx nem Lenin nem Trotsky achavam que a classe trabalhadora era um fenômeno estático. Caso formos pegar as descrições de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado, veremos que ele mesmo observou e analisou as mudanças que ocorriam na classe trabalhadora. O mesmo se aplica a Marx, que olhava para a dinâmica da classe.

No SWP baseamos-nos naquilo que Hall Draper descrevia como socialismo "vindo de baixo", que a auto-emancipação da classe trabalhadora e a libertação da humanidade tem de vir das mãos da classe trabalhadora, sabendo que na classe trabalhadora – seja como ela estiver constituída ou aonde estiver baseada – vai haver uma desigualdade nas ideias, vai haver uma divisão entre os que são os setores mais avançados, que tem as ideias mais avançadas, seja la por qual razão, que são os revolucionários. Na outra ponta há os que são os mais reacionários. A maioria da classe trabalhadora está algum lugar no meio, ou tem uma mistura de ideias de todos os tipos diferentes de pensamentos, experiências e reflexões nas cabeças. A questão de um partido revolucionário é agrupar aqueles que, seja la por qual razão, chegaram a conclusão que temos que derrubar o sistema como um todo e toda política que deriva dele. não apenas isto, mais todas as políticas que vêm desta conclusão. Juntar estas pessoas para que possamos intervir nas lutas que existem e as amplas campanhas de nossa classe e dos movimentos maiores de nossa época.

Como um partido revolucionário pode ter efetividade? Acho que temos que ser muito flexíveis, como disse Paul, temos que ser capazes de mudar nossas posições, nossas ideias, aprender da classe, aprender uns dos outros, e isto quer dizer que não podemos ter um partido com uma oposição interna permanente. Precisamos ter a habilidade de sermos flexíveis, de aprender das lutas mas também precisamos de unidade de ação. Esta é a importância de um partido revolucionário, quando discutimos e debatemos, o objetivo desta discussão e debate é como melhor armar nossa habilidade de intervir no mundo e nas lutas em que participamos.

Precisamos de unidade de ação, e uma razão pela qual precisamos de unidade de ação é porque sem isto, como entenderemos quais diferentes ideias estiveram certas ou erradas? A unidade na ação é parte do debate e discussão. Nós discutimos, debatemos, agimos e depois voltamos e nos

perguntamos, acertamos? Mas para sermos capazes de fazer isto, temos que ter o máximo de discussão e debate. Dentro desta organização revolucionaria precisamos de direção, precisamos de uma direção política centralizada que responda à base. Precisamos disto por inúmeras razões, em parte por conta das desigualdades que havia mencionado que existem na classe, desigualdades que se refletem no partido. Sei que o SWP não é do tamanho que queremos ou um partido operário de massas, mas temos militantes que integram diferentes setores da classe trabalhadora nos setor publico ou privado, temos estudantes, aposentadas, pessoas voltadas a luta da moradia. Uma das razões porque precisamos ter uma organização centralizada em um partido é porque precisamos ter uma visão geral da luta de classe como um todo, para melhor armar nossas habilidades de intervenção nas lutas, por isto é preciso ter centralismo.

O Paul corretamente diz que não estamos na situação de sermos um partido revolucionário que vá dirigir uma revolução. Tenho acordo. de forma alguma o SWP, como ele é hoje, é um produto final do que um partido revolucionário terá como aparência em uma revolução na Grã Bretanha, e há muitas coisas que acontecerão no caminho em direção a tal revolução, mas temos que dizer que, apesar de certamente não ser o objeto pronto, somos certamente um grupo bem animado de pessoas que se vieram de uma longa caminhada nas coisas que fizemos, e acho que as coisas que nos guiaram em direção aonde estamos hoje e porque, nas palavras de Owin Jowns [jornalista social-democrata], somos capazes de dar socos para alem de nosso peso, em lutas mais amplas, é por conta da política que trazemos e a unidade de ação que trazemos com isto. Enfrentamos desafios enormes camaradas, não vamos subestimar isto. É por isto acho que os debates que estamos tendo sobre o tipo de organização que precisamos é tão crucial para garantir o avanço das lutas.

Perguntas da plateia

Alex Clinicos: Gilbert nos perguntou porque falamos de Lenin ao invés de Luxemburgo no tema partidário. Por uma razão muito simples: em agosto de 1914, quando chegou a crise, Lenin tinha um partido para responder à realidade, já Rosa Luxemburgo não tinha nada.

Porque somos o tipo de partido que somos? Não porque achamos que somos o partido que vai dirigir as massas dos trabalhadores a tomar o poder ou qualquer coisa ridícula deste tipo, mas porque somos uma organização que se baseia num conjunto de princípios marxistas e intervém na luta com o objetivo de construir, catalisar, influenciar, moldar e às vezes dirigir movimentos reais.

Olhem só para o nosso histórico: a Liga Anti-Nazi, a frente contra a guerra no Iraque, o coletivo Unidos contra o Fascismo, hoje, movimentos como o movimento anti-imposto de moradia. É esta interação entre um conjunto de políticas e uma forma de organização e movimentos e lutas mais amplas que definem o SWP como uma organização. E a forma com que nos organizamos não é por conta de uma certa concepção sobre a estrutura do proletariado ou por conta das teses do Comintern de 1922 ou qualquer coisa assim, mas é para nos permitir desempenhar este papel. Indispensável para isto é nossa capacidade de concentrar nossas forças, de forma muito central, nos principais frentes de luta. É por conta disto que temos uma forma particular de centralismo democrático que temos. Não é porque achamos que estamos copiando Lenin, não é porque achamos que sabemos de tudo, mas é condicionado pelo que tentamos atingir enquanto organização.

Gilbert afirma que unidade de ação é uma questão irrelevante. Peço desculpas, mas não. Porque unidade de ação depende de debates que nos levam a posições de maioria que tem de ser respeitadas [aplausos] Eu sou pelo mais amplo debate. Por discussões sobre como podemos melhorar o debate interno na

organização. Mas sou muito mais contra frações permanentes hoje do que a um ano, porque o problema da fração permanente é que você coloca a lealdade à fração acima da lealdade à organização.

Gilbert Achcar: Alex, se seu argumento sobre Lenin é empírico “há, Lenin tinha uma organização” então porque você não vai até o final nesta perspectiva empírica e veja o que ocorreu com a chegada deste partido ao poder. E depois você ira dizer a velha historia, da muralha de China que existe entre o partido Bolshevik pré-stalinista de 1917 e pós 1917, mas lembre-se que até mesmo Trotsky escreveu, e estou citando aqui novamente seu livro *Stalin*: “o aspecto negativo das tendências centrípetas do bolchevismo apareceu, pela primeira vez, no Terceiro Congresso da Socialdemocracia Russa. – 1905 – Os hábitos peculiares a uma máquina política ja se formavam na ilegalidade. O jovem burocrata revolucionário ja estava emergindo como tipo.” Não estou dizendo que temos que devemos ser luxemburgistas ou algo do tipo, apenas perguntei porque vocês só constroem sua visão baseada apenas em Lenin?.

A unidade na ação, qual o significado disto? É respeitar a decisão da maioria? Não diria respeitar, eu diria aplicar. É uma questão de aplicação do que foi decidido. Mas isto não tem contradição alguma com continuar o debate. Tentar calar o debate porque vocês votaram o tema e ponto, isto é burocrático. Desculpe, mais isto não é democrático.

Paul Le Blanc: Algo que a Assmi disse com o qual eu concordo bastante é que os camaradas aqui são uma turma bem animada [risos]. Mas não um partido revolucionário, segundo a forma com que Lenin descrevia um partido revolucionário. Se vocês se veem como “o partido”, na minha opinião, isto leva a uma forma de agir sectária. Também, talvez, há certas pressões internas,

que podem ser destrutivas. Aqueles que não estão com você no “partido revolucionário” se tornam um problema, e aqueles que questionam aspectos relacionados ao funcionamento partidário tornam-se um problema. Esta foi a minha experiência no SWP, não o Britânico, mas o Norte Americano. Eu acho que há elementos similares a isto aqui.

Ha uma necessidade, e ninguém aqui discorda disto, para que os revolucionários tenham unidade na ação. Isto é certamente o caso. Mas unidade de ação não significa que se fecha o debate. Há uma diferença entre estas coisas.

Uma organização socialista revolucionaria é necessária para ajudar a criar as pré-condições para a construção de um partido socialista revolucionário para a derrubada do capitalismo e a construção do socialismo. Precisamos de um partido revolucionário socialista que funcione segundo os marcos do centralismo democrático. Entendo isto como plena liberdade de debates e unidade de ação, assim como compreender o que a organização é e o que ela não é. Este é um debate que acredito ser necessário.

Eu e Gilbert concordamos com muita coisa, mas não concordamos em tudo. Eu não defendo o direito a frações permanentes. Aquilo que alguns camaradas falaram, ao meu ver, esta correto na critica a isto.

Gilbert Achcar: Uma observação, Paul. Eu não sou a favor de frações permanentes. Eu estou falando aqui sobre o direito a frações permanentes. É como o aborto. Ninguém é a favor do aborto, as pessoas são favoráveis ao direito de se fazer um aborto.

Paul Le Blanc: OK. De qualquer forma, frações permanentes não é a mesma coisa que debates contínuos. Eu sou a favor de

debate contínuo. O debate não deve ser fechado.

Asmi Tiunara: Acho estranho sermos acusados de fazer culto a Lenin, se ao olharmos as falas aqui eu não citei Lenin em momento algum e nos tivemos muitas citações de Lenin pelo Gilbert. A razão pela qual eu não fiquei citando Lenin é exatamente porque eu acho que de todos os revolucionários, Lenin é o que mais escreve dentro de seu próprio contexto. Ele é uma figura extremamente flexível, que conduz uma serie de teorias de argumentação, por tanto, para mim, não é uma questão de citar que Lenin falou isto ou falou aquilo, porque você consegue achar uma citação oposta a tudo que Lenin diz. Para mim, a questão é a essência do que aprendemos de Lenin, e o que aprendemos de Lenin e da historia? Aprendemos que há vários, vários levantes na historia dos trabalhadores, que os trabalhadores são capazes de milagres. Mas também sabemos que houve apenas uma revolução vitoriosa vindo da classe trabalhadora na história do capitalismo, e esta foi a revolução dirigida por Lenin. Isto não significa que devemos organizar um culto em torno de Lenin, mas podemos sim dizer, "olha só, ele fez algo especial, temos algo a aprender ai". Por isto é importante procurar não apenas a citação perfeita, mas qual a essência que podemos aprender disto. Por conta disto quero voltar ao tipo de partido que precisamos.

A questão das frações permanentes. Interessante que o Gilbert disse que não podemos pegar a forma especifica do partido bolshevik, implementa-la no Reino Unido, e depois ele tenta pegar a situação do partido bolshevik antes da revolução de 1917 para provar que as frações permanentes são a forma de se organizar. As frações permanentes são de fato uma forma de se organizar, mas eu as acho uma forma particularmente ruim de organização.

O principal problema para mim no tema das frações permanentes é que ele trava o debate. Sou a favor de debates e discussões

porque eu acho que temos tarefas e desafios muito difíceis a nossa frente para a nossa classe, e não podemos fazer estas coisas sem debates e discussões, mas a partir do momento em que se tem frações permanentes as pessoas se organizam como oposição permanente dentro de uma organização colocando seus interesses não apenas acima dos interesses mais amplos do partido e da classe, mas também trava o debate. Se formos ter um debate, como tivemos na última semana ou nos últimos meses no SWP em que um lado diz 'tudo é terrível, tudo que você faz é um lixo, e tudo que está sendo feito é inútil', e o outro lado afirma 'não, tudo que fizemos é genial, tudo que é nosso é fantástico e não paramos de avançar', como isto ajuda a qualquer um de nós? Temos que ter uma leitura séria e genuína sobre cada tema específico, ponto a ponto. Isto significa, o debate tem que estar aberto, aberto a todos, e isto também significa que às vezes não teremos acordos e tem de haver mecanismos dentro do partido sobre o que fazer quando não há acordo. E se não temos acordo, o ideal não parece ser, para mim, um milagre da democracia revolucionária, mas sim algo usual na democracia, de que deve-se seguir a decisão da maioria. Não estou falando que discussões e debates não devam continuar, mas na realidade, se você é uma minoria, e você não conseguiu convencer a maioria, às vezes você tem que aceitar isto como uma realidade.

'Estados Operários Burocraticamente Deformados'?

Por: Aldo Cordeiro Sauda

Assinado entre Joachim Von Ribbentrop e Vyacheslav Molotov, segundo seu título, ele era somente um "acordo comercial de

crédito”. Mesmo assim, em agosto de 1939, o mundo entrou em estado de alerta. O totalitarismo alemão assinava um pacto com o Estado (caracterizado então por Christian Rakovsky por seus resquícios operários e comunistas) dirigido por Joseph Stalin. Enquanto vastos setores da esquerda eram pegos de surpresa, a tranquilidade reinava em Coyoacán.

Leon Trotsky, então em seu exílio mexicano e metido em mais uma das intermináveis disputas internas que marcavam o surgimento da Quarta Internacional, afirmava profeticamente em seu primeiro artigo publicado após o tratado, “Em 1933 declarei continuamente na imprensa mundial que o objetivo fundamental da política externa de Stalin é um acordo com Hitler”. (TROTSKY, 1973; p 76)

Mesmo assim, ele não deixou de manifestar certo espanto na sua dura condenação à invasão da Polônia, cometida por Moscou em comum ação com os nazistas. Sua elaboração sobre a ocupação soviética é o primeiro estudo científico de um desafio metodológico para o marxismo de então. Precisava-se explicar a expropriação de uma burguesia nacional – “a expropriação dos expropriadores” – não pelas organizações da classe trabalhadora, mas por um exército sob o controle de um partido burocrático contrarrevolucionário.

Pacto Molotov-Ribentrof

Assinado dia 19 de agosto de 1939 pelos ministros das relações exteriores soviético e alemão, Trotsky escreve sobre tais acontecimentos apenas no dia 2 de setembro. Mostrava pouca pressa para abordar o tema. Inicialmente intitulado “Trotsky Escreve sobre a Guerra e o pacto nazi-soviético” o texto foi rebatizado nas obras completas do dirigente exilado para “Stalin – o contramestre de Hitler”. Escrito para o jornal “Socialist Appeal”, periódico do Socialist Workers Party (SWP), o partido trotskista norte-americano, seu foco era dimensionar o processo nos marcos da revolução mundial.

Sem revolução a derrubada de Hitler é inconcebível. Um revolução vitoriosa na Alemanha elevaria o nível da consciência de classe de amplas massas na União Soviética a um nível muito alto, tornando impossível a futura continuidade da tirania de Moscou. O Kremlin prefere o status quo, em aliança com Hitler (TROTSKY, 1973; p 77)

Olhando inicialmente ao acordo, Trotsky vê em Stalin um ator coadjuvante na invasão nazista da Polónia. O texto não transmite que aquele descrito como chapeleiro de Hitler irá, também, partir à conquista.

O pacto alemão-soviético não é nem absurdo, nem estéril – é uma aliança militar com divisão de tarefa: Hitler conduz as operações militares, Stalin age como seu contramestre. E ainda assim há pessoas que afirmam seriamente que o atual objetivo do Kremlin é a revolução mundial! (TROTSKY, 1973; p 78)

Já o segundo texto público sobre o tema foi escrito dia 4 de Setembro de 1939. Sob o título de “A aliança Alemã-Soviética”, ele foi publicado novamente no jornal norte-americano Socialist Appeal. Apresentava um Trotsky confiante na força de sua análise. Dizia ele

Tenho sido perguntado por muitos cantos porque não me expressei mais cedo sobre o pacto alemão-soviético e suas devidas consequências. Por conta de uma ocasião pessoal (doença e uma viagem da Cidade do México a um vilarejo) fui impedido de escrever. Imaginei, porem, que os eventos eram tão óbvios em si mesmo que se quer precisavam de comentário. Mais a realidade provou-se outra: em diferentes países ainda há pessoas – de fato, em números cada vez menores – que tem a coragem de descrever a traição do Kremlin como uma virtude política. (TROTSKY, 1973; p 81)

Após reforçar que desde 1933 vinha defendendo a possibilidade deste acordo, e cujo prognóstico estava presente no inquérito da comissão Dewy, o ex-dirigente do exercito vermelho dedicou uma parte do texto para desconstruir a propaganda soviética que se espalhava pela esquerda mundial.

Alguns dos apoiadores menos inteligentes do Kremlin se recordaram, de repente (aparentemente eles não sabiam disto antes) que a Polónia é um “estado semi-fascista”. Aparentemente, sob a influencia benigna de Stalin, Hitler iniciou uma guerra contra o “semi-fascismo”. (TROTSKY, 1973; p 81)

A União Soviética não agia por nenhuma benevolência junto à Polónia, muito pelo contrario. Intervia, segundo Trotsky, com uma política externa inconsequente de uma burocracia contrarrevolucionária que apenas pensava nos seus interesses imediatos.

Stalin sabe muito bem o que está fazendo. Para atacar a Polónia e conduzir uma guerra contra a Inglaterra e a França, Hitler precisa da amigável “neutralidade” da URSS, além das matérias-primas soviéticas. O pacto político e comercial garantem ambos para Hitler. (...)

O Kremlin abasteceu com petróleo a invasão italiana da Etiópia. Na Espanha o Kremlin cobrou o dobro do preço pelas péssimas armas que vendeu. Agora o Kremlin quer tirar uma boa quantidade de dinheiro vendendo matérias-primas a Hitler. Os lacaios do Comintern até neste caso não tem vergonha de defender as ações do Kremlin. Todo trabalhador honesto precisa virar suas costas a esta política!

(...) Disse isto muitas vezes ao longo deste ano e repetirei novamente. O pacto alemão-soviético é uma capitulação de Stalin diante do fascismo imperialista com o objetivo de preservar a oligarquia soviética. (TROTSKY, 1973; p 81 – 82)

Entre a assinatura do “Pacto econômico de crédito”, em 19 de agosto, e a invasão soviética da Polônia, iniciada dia 17 de setembro, Trotsky escreveu, além dos dois textos acima, o artigo “Quem é responsável por iniciar a Segunda Guerra Mundial”, “Moscou se mobilizando” e “Laços de proximidade entre Hitler e Stalin estão visíveis”. Em nenhum destes textos o líder da revolução de Outubro deixa a entender que previa uma invasão russa da Polônia.

Em seu texto escrito as vésperas do ataque da URSS, “Laços de proximidade entre Hitler e Stalin estão mais visíveis”, quando já ficava claro que os estalinistas teriam um papel mais ativo na dissolução da Polónia que o de um “guarda-mestre”, Trotsky seguiu descartando uma possível ocupação soviética. Segundo ele, a escalada retórica em denúncias ao governo de Varsóvia nas páginas do Pravda tinha “dois objetivos simultâneos: 1) justificar o ataque de Hitler à Polónia; e 2) preparar cooperação mais ativa do Kremlin em apoio a Hitler”. Em momento algum Trotsky especula uma invasão propriamente preparada pela burocracia. (TROTSKY, 1973; p 89)

Sua reação à conquista soviética da Polónia, portanto, carrega uma linguagem mais pesada na denúncia que os textos anteriores. Intitulada “Stalin – Proprietário temporário da Ucrânia” ela foi redigida no dia seguinte à invasão. A presença da questão ucraniana, e não polonesa, na capa do texto, se dá por motivações políticas e geográficas. Segundo Trotsky,

Agora o Kremlin encobre sua intervenção na Polónia com a grande preocupação na “libertação” e “unificação” dos povos russos e ucranianos. (TROTSKY, 1973; p 91)

Os soviéticos faziam isto porque a Polónia ocupava, de forma brutal, uma região da Ucrânia, cuja outra parte se encontrava na URSS. Porém, a mera unificação ucraniana pela via da ocupação militar, mesmo que executada por um regime de origem

operária era algo *objetivamente regressivo*. Trotsky não deixa dúvidas de sua total oposição à invasão da União Soviética sobre a Polónia capitalista.

As aspirações de diversos setores da nação ucraniana por sua libertação e independência são completamente legítimas e tem grande importância. Mas estas aspirações são também dirigidas contra o Kremlin. Se a invasão for vitoriosa, o povo ucraniano não se encontrará “unificado” em sua libertação nacional, mas no escravismo burocrático. Além do mais, não é possível achar uma única pessoa honesta que defenderá a “emancipação” de oito milhões de ucranianos e russos [que lá habitam], ao preço da escravidão de vinte três milhões de poloneses (TROTSKY, 1973; p 91)

Mais para frente, Trotsky aprofunda sua reflexão sobre o tema da “escravidão”, agora expressa na forma de “opressão e parasitismo burocrático”.

(...) não é uma questão de emancipar um povo oprimido, mas de expansão territorial para uma área em que a opressão burocrática e o parasitismo será praticado. (TROTSKY, 1973; p 91)

É importante ressaltar a preocupação central de Trotsky para denunciar o político, isto é, a “opressão burocrática”, a ser exercida na arena superestrutural. Não lhe importa, em nenhum dos textos, discutir sobre a economia e o modo de produção vigente. Não importava, portanto, se a economia da Polónia seria nacionalizada e planificada, ou tivesse seu comércio exterior monopolizado ou não pelo Estado.

Burocratização do mundo

Em uma carta escrita cinco dias antes da invasão russa da Polónia, Trotsky contactou James Cannon, então dirigente do SWP, contando-lhe do novo texto que escrevia, intitulado “A

União Soviética na guerra”, que seria publicado no Socialist Review dia 25 de setembro de 1939. Mais tarde ele viria a integrar, prefaciado pela carta a Cannon, o primeiro texto da polémica do “Em defesa do Marxismo”.

Texto voltado para uma disputa na sessão norte-americana da Quarta Internacional, o centro teórico do “A União Soviética na guerra” era polemizar com o conceito de “coletivismo burocrático” elaborado por Bruno Rizzi. A ideia central de Rizzi, expressa em seu livro “La Bureaucratization du monde”, era sobre “uma nova formação social, que está substituindo o capitalismo em todo o mundo (stalinismo, fascismo, New Deal etc.)” e que jogava para fora da luta de classes o centro da dinâmica política mundial. (TROTSKY, 2009) No período imediatamente anterior à Segunda Guerra tal ideia se fazia amplamente difundido entre diversos autores marxistas da época, incluindo Friedrich Pollock, fundador da Escola de Frankfurt a quem Theodor Adorno e Max Horkheimer dedicam seu livro “A Dialética do Esclarecimento”. (ADORNO & HORKHEIMER, 1987)

Em uma parte destacada deste texto, porém, Trotsky retorna à temática presente em seus últimos artigos. Com o sub-título “A questão dos territórios ocupados” o revolucionário bolchevique elevava para abstrações teóricas as consequências da invasão militar de um país capitalista pela União Soviética, que segundo Trotsky ainda era um estado operário.

(...) provável que nos territórios [poloneses] que foram planejados para fazer parte da URSS, o governo de Moscou atue expropriando os grandes proprietários e estatizando os meios de produção. Esta variante é a mais provável, não porque a burocracia continue sendo fiel ao programa socialista, mas porque não deseja e nem é capaz de tomar o poder e os privilégios que comparte com a velha classe dirigente nos territórios ocupados. Aqui, é forçosa uma analogia literal. O primeiro Bonaparte deteve a revolução através de uma ditadura militar. No entanto, quando as tropas francesas invadiram a

Polônia, Napoleão assinou um decreto: “A servidão está abolida”. Tal medida foi adotada, não porque Napoleão simpatizasse com os camponeses, e nem por princípios democráticos, mas pelo fato da ditadura bonapartista se basear em relações de propriedade burguesa e não feudais. À medida em que a ditadura bonapartista de Stalin se baseia na propriedade estatal e não na privada, a invasão da Polônia pelo exército vermelho levará, por si só, à abolição da propriedade privada capitalista, da mesma forma que fará com que o regime dos territórios ocupados estejam de acordo com o regime da URSS. (TROTSKY, 2009)

Trotsky em momento algum questiona até que ponto irá a expropriação na Polônia; ela mimetizará, segundo ele, a formula de planejamento estatal da União Soviética. Mesmo assim, com a estatização dos setores mais dinâmicos da economia, com o monopólio do comércio exterior, e com a planificação da economia, a ocupação da Polônia pela União Soviética é regressivo no seu sentido mais totalizante. Afirma Trotsky

Esta medida, de caráter revolucionário – “a expropriação dos expropriadores” – neste caso é levada a cabo de forma burocrático-militar. O chamado à ação independe das massas nos novos territórios – e sem tal chamado, inclusive formulado com extrema prudência é impossível constituir um novo regime – seria indubitavelmente esmagado no dia seguinte, por despiedosas medidas policiaiscas, visando assegurar a predominância da burocracia sobre as massas revolucionárias vigilantes. Este é um lado da questão. Mas existe o outro. Visando a possibilidade de ocupar a Polônia através de uma aliança militar com Hitler, durante muito tempo o Kremlin cansou e continua cansando as massas da URSS e no mundo inteiro, e com isso, desorganizou completamente as fileiras de sua própria Internacional Comunista. O critério político prioritário, não é, para nós, a transformação das relações de propriedade nesta ou naquela área, por mais

importantes que sejam, mas a mudança na consciência e organização do proletariado mundial, a elevação de sua capacidade de defender as conquistas obtidas e conquistar outras novas. A partir deste único e decisivo ponto de vista, a política de Moscou, tomada em seu conjunto, conserva completamente o seu caráter reacionário, e é o principal obstáculo no caminho da revolução mundial. (TROTSKY, 2009)

É importante destacar que Trotsky em momento algum negou que a medida anti-capitalista da expropriação da burguesia não era progressiva. Porém, para Trotsky, o sentido político, e não econômico, era o que reinava em última instância. Afirma o dirigente comunista

No entanto, nossa análise geral sobre o Kremlin e o Comintern, não modifica o fato particular de que a estatização da propriedade, nos territórios ocupados, é em si mesmo uma medida progressiva. Reconhecemos isso abertamente. Se amanhã Hitler lançar seus exércitos contra o Leste, para restaurar a “lei e a ordem” na Polônia Oriental, os operários avançados defenderão, contra Hitler, estas novas formas de propriedade estabelecidas pela burocracia bonapartista soviética. (TROTSKY, 2009)

Trotskismos

Ao analisar as posições de Trotsky frente à eliminação da burguesia polonesa pelo estalinismo, Isacc Deutscher, o mais condecorado dos biógrafos do revolucionário bolchevique, ligou-o diretamente a outra experiência histórica. Em seu posfácio do livro “O Profeta Banido”, o último da trilogia sobre o dirigente marxista, Deutscher lembrou a oposição de Trotsky, quando comandava o Exército Vermelho, em invadir nações capitalistas. Afirma Deutscher

Por convicção teórica e instinto político, Trotsky apenas sentia desgosto da revolução pela via da conquista. Ele tinha

se oposto às invasões da Polónia e da Geórgia em 1920-1, quando Lenin defendia a realização daquelas ações. Como Comissário da Guerra, ele categoricamente repudiou Tukhachevsky, um primeiro expoente do método neo-napoleónico de levar revoluções a países estrangeiros. Vinte anos antes da segunda guerra ele tinha castigado os missionários armados do bolchevismo dizendo que preferia que “pendurem um tijolo no meu pescoço e me arremessem ao mar” a aplicar seus métodos de guerra. Sua atitude em 1940 foi a mesma de 1920. Ele via a revolução pela conquista como maior condutor do erro a afastamento da estrada revolucionária. (DEUTSCHER, 1963; p 420 – 421)

No posfácio de Deutscher, “vitória na derrota”, escrito em 1963, ele discordaria da proposta política de Trotsky, afirmando, porém, que em última instância ele havia se saído vitorioso. Para o historiador, a União Soviética, por conta de sua natureza estrutural de estado operário, poderia cumprir um papel *objetivamente progressivo* ao expropriar a burguesia polonesa. Isto se dava porque a URSS era, apesar da experiência estalinista, também *objetivamente progressiva*. Segundo Deutscher

Esta claro que mesmo sob o estalinismo a sociedade soviética atingiu imenso progresso em muitas áreas, e esse progresso, atrelado à economia planificada e nacionalizada, atuou interrompendo e erodindo o stalinismo por de dentro. (...)

Esta claro que a sociedade soviética tem conseguido, de forma relativamente vitoriosa, se livrar de debilidades pesadas, desenvolvendo ganhos herdados da era stalinista. Há muito menos pobreza na União Soviética, muito menos desigualdade e muito menos opressão no início dos anos 60 que nos anos 30 ou nos anos 50. (DEUTSCHER, 1963; p 418, 414)

A consequência deste processo sobre a questão da ocupação da Polónia e subsequente expropriação da burguesia nacional por

Stalin era óbvia. A sociedade soviética, ao evoluir naturalmente, transformaria até a natureza da política externa da URSS, mesmo que executada de forma burocrática, em algo *objetivamente progressivo*.

Entre trotskismo e o stalinismo, quando o internacionalismo revolucionário se chocou com o isolacionismo bolchevique, não foi o stalinismo que se saiu bem: o isolacionismo bolchevique morreu há muito tempo. Por outro lado, a capacidade de continuar da União Soviética, mesmo isolada, era muito maior que a imaginada por Trotsky; e, ao contrário de suas expectativas, não foi o proletariado do ocidente que os tirou do isolamento. Pela ironia da história, o próprio estalinismo malgré lui-même [contra a sua vontade] rompeu seu casco nacional. (DEUTSCHER, 1963; p 418)

A invasão da Polônia, portanto, não era algo necessariamente regressivo como imaginava Trotsky. Ela poderia ser interpretada, afinal, como o romper de um “casco nacional”. Por conta das forças objetivas – essencialmente o desenvolvimento propiciado pela economia planificada – o estalinismo precisou expandir o socialismo. O neo-napoleonismo que Trotsky combateu tanto nos anos 20 era na verdade o retorno do internacionalismo bolchevique nos anos 40.

Mas Deustcher, como admirador de Leon Trotsky, acreditava que se o revolucionário de Outubro retornasse aos dias de seu texto, nos anos 60, faria uma autocrítica e possivelmente defenderia a invasão russa da Polónia. Por Trotsky ser um homem de ação, Deustcher afirma

A lógica de sua atitude o levaria a aceitar a realidade da revolução no leste europeu, e a despeito de seu desgosto pelos métodos estalinistas, reconheceria as “Democracias Populares” como “estados operários”. (DEUTSCHER, 1963; p 421)

Para o historiador, a invasão da URSS a Polónia, se não em

1939/40, certamente em 1942, era na verdade o estalinismo aplicando a política do trotskismo, em outras palavras, a “vitória na derrota”. O estalinismo, portanto, foi um intervalo ideológico bárbaro na história mais global da União Soviética, que por pressões “objetivas” retornaria automaticamente ao bolchevismo clássico, superando um período de exceção totalitária. O futuro, portanto, pertencia a Leon Trotsky, e não à burocracia. Os motivos para isto eram claros, a estrutura da economia planificada gerava contradições *objetivamente progressivas*.

Pela modernização forçada da estrutura societal, o estalinismo trabalhou em direção à sua desconstrução e preparou o terreno para o retorno do marxismo clássico. (DEUTSCHER, 1963; p 423)

Tal realidade objetiva, portanto, permitirá o retorno do trotskismo ao Kremlin, que segundo Deutscher expressava o fio de continuidade com as ideias de Marx e Engles

Quando ele voltar, será mais que um ato atrasado de justiça à memória de um grande homem. Por este ato o estado operário anunciará que finalmente atingiu a maturidade, rompeu com as correntes da burocracia, e reencontrou-se com o marxismo clássico que havia sido banido junto a Trotsky. (DEUTSCHER, 1963; p 423)

0 mundo pós-restauração

Trotsky, desde 1933, acreditava que a União Soviética iria fazer algum tipo de acordo com Hitler. Não previa, porem, que a União Soviética partiria para ocupar e anexar estados capitalistas, forçando-os a adotar seu modelo de planificação burocrática. Quando isto ocorreu, foi pego de surpresa. A burocracia, segundo ele, era anti-internacionalista por própria natureza. Mesmo que viesse a expropriar uma burguesia específica de outra nação, a faria contra os interesses

objetivos e subjetivos dos trabalhadores.

A invasão da Polônia fortalecia politicamente e socialmente o regime burocrático russo, e por tanto, não era possível reagir a ela com otimismo. Nesta linha, os textos jornalísticos de Trotsky para o Socialist Appeal expressam sua preocupação em se diferenciar da esquerda que reivindica o acordo entre Hitler e Stalin, e depois, com mais força, a ocupação da Polônia. Ao contrário dos otimistas, que viam um “regime semi-fascista” ser substituído por um que se reivindicava “socialista”, Trotsky não via razão alguma para celebrar o avanço das relações de produção presentes na URSS para outros países, essencialmente porque ela era feita pelas mãos da burocracia.

Foi no pessimismo de Trotsky, e não no otimismo de Deutscher, que a história se pronunciou. Ao contrário daquilo que Deutscher imaginava, a Polônia em momento algum evoluiu em direção ao “estado operário” com que o historiador sonhava ver Trotsky reconhecer. Os “estados sem burguesia” do leste não foram em direção a qualquer coisa remotamente similar ao socialismo da revolução de Outubro, mas, após um hiato historicamente curto e específico, retornaram plenamente ao capitalismo. Isto significou, essencialmente, que o desaparecimento da burguesia nestes estados foi temporário, um epifenômeno. A velha-nova burguesia que surge após 1989 localiza-se em diferentes famílias e culturas coletivas que a burguesia que governava até 1939, mas, e este é o ponto central, ela retornou como classe dominante à Polônia. A ausência de burguesia no Estado polonês, portanto, foi apenas um fenômeno histórico passageiro corretamente denunciado por Trotsky.

Passada a ocupação militar soviética, que se encerrou em 1989, a Polônia tornou-se um dos países mais reacionários da Europa, sob total domínio de sua nova-velha burguesia. Entre os destaques internacionais mais aviltantes vindos de Varsóvia está a recusa abertamente racista do governo de extrema-

direita polonês, contando tragicamente com respaldo popular, em receber refugiados sírios que se encontram nas fronteiras da Europa. Eis o destino da sociedade que um dia foi celebrada como pátria socialista por Deutscher.

Mantendo-nos fiel a Leon Trotsky, vale destacar que a restauração burguesa na Polônia prova sua tese central sobre a revolução permanente. Afirmava o revolucionário bolchevique:

*É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia. **Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um “Governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.** (TROTSKY, 1937)*

A restauração burguesa na Polônia aparenta ter vingado a Trotsky. Sua “variante pouco provável”, na prática, nunca se concretizou. Isto porque o suposto “Governo operário e camponês” da Polônia (1939-1989) não representou “um curto episódio em direção à ditadura do proletariado”, mas um curto período em relação a si mesmo. Ao não transitar, na época em que sua burguesia foi temporalmente expropriada, rumo à democracia operária e ao socialismo, a expropriação de 1939 se provou um episódio historicamente secundário e limitado. 1939 não foi, como claramente expunha Trotsky, o início da revolução socialista na Polônia, assim como 1989 no foi, igualmente, o seu fim.

O mesmo método de análise de Trotsky pode ser aplicado, posta a restauração burguesa em todo globo, para atualizar a

compreensão das heroicas revoluções anti-capitalistas, que em países como Cuba ou China, levaram ao poder, de forma igualmente temporária e epifenomenal, regimes não-capitalistas. Porém, como assinala o ex-chefe do Exército Vermelho, elas nunca deram surgimento a um “governo operário e camponês” que transitaria para a ditadura do proletariado, tendo rapidamente sua burguesia retornado a cena. “A mudança na consciência e organização do proletariado mundial, a elevação de sua capacidade de defender as conquistas obtidas e conquistar outras novas” era, ao menos no debate sobre a Polônia, o centro do pensamento de Trotsky. A questão do “neonapoleonismo” impedia o surgimento de qualquer coisa que se aproximava de uma democracia operária, condição que o dirigente revolucionário colocava como indispensável para o socialismo polonês. A revolução por cima, mesmo que vista por Issac Deutscher como um retorno torto ao internacionalismo bolchevique, era uma utopia reacionária.

Parece claro o que substanciava Trotsky. O revolucionário, assim como Rosa Luxemburgo, jamais expressou entusiasmo pela expansão do socialismo sem a ação direta das massas, nem mesmo quando chefe do Exército Vermelho. Talvez por isto que anunciava a evolução da consciência como “o critério político prioritário” na análise da questão polonesa, e não “a transformação das relações de propriedade nesta ou naquela área, por mais importantes que sejam”.

Bibliografia:

ADORNO, THEODOR; HORKHEIMER, MAX. Dialectic of Enlightenment. 1987, Stanford University Press, Stanford

TROTSKY, LEON; Em Defesa do Marxismo. Proposta Editorial. Rio de Janeiro – <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/ano/defesa/index.htm> (inclusão: 2009)

TROTSKY, LEON; Programa de Transição. 1937 – <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1938/>

programa/cap02.htm

TROTSKY, LEON; Writings of Leon Trotsky, 1939-1940, Pathfinder Press, New York, 1973

DEUTSCHER, ISAAC; The prophet outcast, Verso books, London, 1963

*Os textos não necessariamente correspondem à posição do blog, mas sim, do autor

Foto: O Ministro do Exterior da Alemanha, Joachim Von Ribbentrop (de braços cruzados), o líder soviético, Josef Stalin (de branco), e o Ministro do Exterior da URSS, Vyacheslav Molotov (extrema direita), após a ratificação do Tratado Molotov-Ribbentrop em 23 de agosto de 1939. Fotografia: autor desconhecido.

[A revolução esmagada](#)

Aldo Cordeiro Sauda |

Há cinco anos, o exército egípcio cometia seu primeiro massacre em grande escala na Primavera Árabe. Assassinavam 28 civis, todos membros da minoria copta cristã, que protestavam por liberdades religiosas.

O Massacre de Maspuro, como ficou conhecido o evento, entrou para a história do movimento social egípcio como a mais cruel das ações da contra-revolução. Sua importância está mais relacionada ao significado político-social do ataque que à quantidade de caídos. O número, inclusive, é tímido quando comparado aos mais de 800 mortos na praça de Rabia Al Adawya, no banho de sangue contra a Irmandade Muçulmana que marcou o fim da aliança entre o exército e os islamistas.

Diferente daquele ato, das batalhas de barricadas ou dos outros protestos esmagados pelo exército, em Maspuro as vítimas caíram sem resistência. Pior, foram massacradas pelo mesmo exército ao qual os coptas clamavam por proteção contra os repetidos incêndios em seus templos, realizados por fundamentalistas islâmicos.

Esta semana, a União da Juventude de Maspuro – um grupo pró-democracia que organiza membros da minoria religiosa – planejava uma homenagem pública às vítimas. Eles foram, porém, expressamente proibidos pelo Ministério do Interior de realizar qualquer ato que lembrasse o crime do exército. Os ativistas responsáveis por enviar o pedido de autorização ao governo, tem sofrido, desde então, [ameaças de morte](#) por membros do serviço secreto local.

Em defesa da memória de Maspuro, resgatamos, abaixo, uma versão editada da narrativa do massacre e análise política do evento, que [publiquei originalmente no site Passa Palavra](#). Escrito há cinco anos, o documento carrega muito do otimismo revolucionário presente no Cairo durante o período após a queda de Mubarak. Apesar dos erros políticos, principalmente a ilusão na radicalização dos coptas e do movimento operário, o documento merece ser revisitado, por registrar algo que hoje se tenta apagar da memória coletiva.

Aldo, 2016

<https://www.youtube.com/watch?v=00t-0NEwc3E>

Os Mártires de Maspuro

Eram 17. Todos enfileirados em meio à rua. Caixões inteiramente fechados, alguns traziam sobre si antigas fotos dos mortos. Os corpos, levados ao hospital cristão copta durante a noite do domingo, foram escondidos da autópsia pelo exército egípcio. Encobria-se, ali, um massacre.

No pequeno espaço do necrotério, milhares de egípcios,

cristãos e muçulmanos, prestavam suas homenagens às mais novas vítimas da junta militar. Nas calçadas em frente ao hospital, dominadas pela comoção e lamento, a maior comunidade cristã do Oriente Médio chorava a morte dos seus.

Não foram poucos os que desmaiavam ao se aproximar do conglomerado de caixões. Sob o sol escaldante da África, mulheres, inteiramente vestidas de preto, com o cabelo coberto por um fino véu, gritavam, choravam e gesticulavam. Há alguns metros de distância um grupo composto por homens cantavam, embaixo de cruzeiras improvisadas, pela derrubada do regime.

Ninguém sabe ao certo o número de mortos no “Massacre de Maspiro”. O número oficial registra 25, porém diversas pessoas afirmam terem testemunhado o exército egípcio atirar corpos de manifestantes no Rio Nilo. A luz dos eventos de domingo não se pode descartar essa hipótese.

O crime perpetrado pelo exército carregava os resquícios típicos da crueldade das ditaduras militares latino-americanas. “Os tanques passaram por cima da cabeça dos nossos meninos, eu vi a cabeça deles explodir”, afirmava George Daut, um dos presentes na manifestação de domingo. “Elas pareciam bexigas d’água”. Entre choros e suspiros, George afirmava não manter nenhum ressentimento contra os muçulmanos egípcios. “Nossos filhos não foram assassinados pelos muçulmanos, eles foram assassinados pelo exército do Marechal Hussein Tantawi”.

A consolidação da aliança militar-islamista se encontra no plano de fundo do massacre de Maspiro. Como era de se esperar, a minoria cristã está sendo utilizada pelo regime como bode expiatório para a construção de um novo bloco político e social, que inclui uma aliança entre o exército e a Irmandade Muçulmana. Além disto, os crimes de Maspiro permitem ao governo lançar mão do argumento da estabilidade política contra as incertezas da continuidade da revolução. Estabilidade esta, segundo o discurso oficial, somente pode ser garantida pelo exército.



Hospital copta no dia seguinte ao massacre

Sectarismo religioso

No início da tarde de domingo, quando milhares de manifestantes marcharam em direção à sede da televisão estatal egípcia, local tradicional das manifestações da minoria copta desde o início da revolução, ninguém imaginava que o dia terminaria em tragédia. O ato, um protesto contra a destruição de uma igreja na província de Aswan, no interior do Egito, não era algo novo. Há anos radicais islâmicos, com a conivência ou proteção do Estado, têm atacado os templos da minoria, que, desde a queda do regime Mubarak, vem manifestado seu descontentamento publicamente.

Baseadas em um conjunto de éditos do Império Otomano, redigidos em 1856, a legislação egípcia na prática impede a execução de obras nas igrejas coptas do país. Segundo a regulamentação, qualquer construção ou reforma de um templo

não islâmico requer uma série de documentos específicos e a aprovação do governo local, algo quase sempre impossível. Não são raros os casos em que, sob argumentos da ausência de documentação correta, radicais islâmicos assumem para si a responsabilidade de impor a lei, vandalizando templos cristãos. Quase sempre os agressores são inocentados pelo Estado.

Seria um erro, obviamente, afirmar que não existem tensões religiosas no país; porém, a forma com que elas se desencadearam no domingo foi de inteira e exclusiva responsabilidade da junta militar. A caminhada do ato, que saiu do bairro cristão de Shubra em direção à região de Maspiro, no entorno da praça Tahirir, era inteiramente pacífica. Ela era composta de mulheres, homens e crianças, carregando algumas cruzes, velas e imagens da Virgem Maria.

Assim como tem sido comum em quase todas as manifestações críticas ao governo, em certo momento, um grupo de rapazes, partindo por de trás das linhas policiais, atacou os manifestantes com paus, pedras e coquetéis molotov. O ataque à manifestação por parte dos agentes provocadores, conhecidos no Egito como "Baltajiyah", ocorreu em clara coordenação com a polícia e as forças armadas.

Um pouco após a ação do lumpesinato, o exército, pela primeira vez de forma clara e direta desde o início da revolução, começou a atacar os manifestantes. Entre bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de fuzil, os militares desencadearam uma brutal repressão contra a minoria. Em meio aos ataques, blindados do exército avançaram contra os civis, esmagando até à morte no mínimo 10 manifestantes.



Hospital copta

Mensagem aos “cidadãos de bem”

Ao longo do dia, a TV Estatal, canal mais assistido do Egito, iniciou uma ampla campanha de agitação e propaganda contra a minoria copta. Imagens de soldados supostamente feridos no “confronto” começaram a ser veiculadas pela TV, dando a impressão de que uma suposta guerra estava se desenrolando. Junto com a imagem de militares feridos a televisão do governo, no melhor estilo “Rádio Ruanda”, exibiu uma entrevista ao vivo com um militar descrevendo os coptas, que supostamente o atacaram, como “cães”.

O canal estatal, que opera sobre firme controle do Ministério da Informação, anunciou que três soldados tinham se tornado “mártires” na “batalha” contra a turba. Logo em seguida, começaram a circular pelos rádios da cidade rumores de que os coptas portavam metralhadoras e as utilizavam contra o

exército. Em meio a um tom apocalíptico, a apresentadora responsável por conduzir o noticiário da TV convocou os “cidadãos de bem” para proteger o seu exército do ataque cristão.

Para além do *show* televisivo, não havia nenhum soldado morto. Os manifestantes coptas, que carregavam apenas artefatos religiosos, foram massacrados pelo exército. No dia seguinte, o canal estatal anunciou que a jornalista havia ficado “nervosa” e se confundido na hora de transmitir a notícia da morte dos militares. Quanto à convocatória aos “cidadãos de bem”, nenhuma explicação oficial foi dada, para além da afirmação do Ministro da Informação de que o canal estatal é “imparcial” e “objetivo”.

Com a divulgação ao vivo das notícias dos confrontos, centenas de manifestantes deslocaram-se as ruas do centro, aderindo a ambos os lados em embate. Alterando o carácter originalmente confessional da manifestação iniciada na tarde de domingo, o ato tornou-se um grande enfrentamento no entorno da praça Tahrir. Não que a marcha contra o ataque à igreja em Aswan fosse composta originalmente apenas por cristãos; mas durante seu desenrolar na madrugada o conflito tornou-se um ato tipicamente anti-junta militar, composto igualmente por cristãos e muçulmanos.

Nacionalismo e islamismo

A tensão social entre cristãos coptas (10% da população egípcia) e a maioria muçulmana não é nova. O processo de islamização da sociedade, capitaneada pelo Estado há 30 anos, tem sido o principal combustível para estas explosões de ódio sectário.

Durante a era pan-arabista e nacionalista de Gamal Abdel Nasser, entre 1954 e 1970, o Egito, ligado politicamente à União Soviética, viveu um processo relativo de integração das diferentes comunidades religiosas. A iniciativa, dirigida pelo

estado, foi revertida em nível internacional pelas vitórias políticas e militares do imperialismo.

Após os acordos de paz firmados entre Israel e Egito, em 1979, e a conseqüente expulsão dos conselheiros soviéticos do país pelo então presidente Anwar Sadat, que sucedeu Nasser após sua morte em 1970, o Estado egípcio passou por um longo processo de alteração de seu paradigma ideológico central. O nacionalismo pan-arabista não se fazia mais útil à nova configuração política, interna e externa, do país.

Novo aliado de Israel e do Ocidente, iniciando um processo de liberalização econômica, o Egito de Sadat buscou no Islã ponto de apoio para sua legitimidade política. Também conhecido como “O presidente Fiel”, Anwar Sadat, e futuramente seu herdeiro político Hosni Mubarak, aprofundaram, por meio do Estado, a inserção da identidade religiosa no espaço público. Trabalhando ostensivamente para expurgar resquícios do pan-arabismo, a islamização da sociedade eliminou os principais opositores à nova aliança política e econômica com os Estados Unidos.

O processo de islamização, eventualmente, incluiu uma aproximação entre o Estado e a Irmandade Muçulmana, que de organização banida e criminalizada por Nasser, passou a ser tolerada. Mesmo que excluída parcialmente do espectro político-parlamentar durante os anos Mubarak, a organização ganhou força por meio de trabalhos de caridade e presença no movimento estudantil.

A queda do ditador, que contou em seus últimos dias com a participação ativa da Irmandade – principalmente de sua juventude, que empurrou a direção a aderir ao movimento – de forma alguma implicou no fim da cooperação entre ela e o exército. O processo revolucionário enfraqueceu os elementos de sustentação social das forças armadas, tornando a Irmandade potencialmente um dos mais viáveis instrumentos de apoio do regime. O fim do partido de Mubarak, somado ao enfraquecimento

moral dos intelectuais orgânicos ligados ao exército e o desmantelamento da central sindical oficial, empurram os militares em busca de novas alianças sociais.

Os islamistas, ao que tudo indica, em nada pretendem alterar o controle direto do exército e da burguesia sobre os meios de produção. Eles têm se mostrado, conseqüentemente, candidatos perfeitos ao Partido da Ordem como sócios minoritários das Forças Armadas.



missa lembrando um mês do massacre

As minorias e a Revolução

Se para a ampla gama do povo egípcio o exército tem se colocado como guardião da estabilidade, tal fato é ainda mais verdadeiro frente à comunidade cristã. Inevitavelmente as revoluções obrigam as minorias a fazer duras escolhas: de um

lado, a antiga “ordem social”, na qual certamente serão oprimidos como anteriormente, porém dentro de limites preestabelecidos que não colocam em risco a sua existência física; de outro, a possibilidade de liberdade e emancipação, permeada sempre pela possível reversão das relações sociais, na qual a antiga ordem opressora pode ser substituída por um estado de coisas ainda pior, em que sua eliminação física se dará quase como certa.

Não por acaso, diversas lideranças coptas se colocaram contrárias à revolução. O temor de um fortalecimento do campo radical islamista, que potencialmente implicaria na destruição da comunidade fazem de muitos coptas conservadores por natureza. No Egito revolucionário pós-Mubarak, com o aumento dos ataques aos templos cristãos, muitos membros da comunidade enxergavam o exército como único agente social capaz de os proteger. Não que os coptas desconheçam a pouca simpatia que existe por eles nas forças armadas; mas, ao mesmo tempo, muitos acreditam que estas sejam a única força capaz de impedir o avanço dos islamistas, que, por sua vez, compõem desde o início da revolução o bloco político-social de apoio aos militares. A contradição é evidente.

O massacre de Maspiro, porém, pode ter contribuído para alterar esta equação. Se a relação entre os radicais islâmicos e o exército antes não se era clara aos coptas, agora certamente é. Provavelmente serão poucos os membros da comunidade que procurarão refúgio entre os militares. Não que os coptas não se oponham em algum grau à junta, muito pelo contrário, sempre fora comum ouvir nos atos políticos da minoria chamados pela a derrubada do governo, porém agora os mesmos chamados tomam uma nova dimensão.

Para onde vai o Egito?

Os eventos do domingo, inevitavelmente, contribuem para a radicalização da comunidade cristã e sua consolidação no bloco contrário à junta militar. Apesar de tal fato, é difícil

captar o sentimento da maioria islâmica, alimentada pela imprensa com contínuo ódio religioso. Em uma região com pouca tradição de imprensa livre e um déficit histórico de participação popular, teorias da conspiração, na qual coptas subversivos em conjunto com estrangeiros estão tentando assumir o controle do país, tendem a encontrar solo fértil.

Ao longo de todo domingo boatos que circularam na mídia anunciavam que os Estados Unidos pretendiam mandar tropas ao Egito para proteger os templos cristãos, independente da vontade do governo local. Suposição esta inteiramente descolada da realidade, principalmente dado os fortes vínculos entre Washington e a Junta Militar. Mesmo assim, tais argumentos tendem a seduzir muitos egípcios, os levando a se unir ao seu governo contra o suposto inimigo externo.

A relação entre as diferentes comunidades religiosas do país, porém, é complexa. Em meio aos funerais das vítimas, Nagiba Shenouda, uma jovem estudante copta, fazia questão de enfatizar esta especificidade. “Isto aqui não é o Líbano” afirmava. “Por mais que ao longo dos últimos 30 anos cristãos e muçulmanos tenham se afastado uns dos outros, nossas vidas continuam entrelaçadas. Aqui no Cairo, ao contrário de cidades libanesas como Beirute, existe uma constante interação social entre as comunidades. Cristãos e muçulmanos muitas vezes residem nos mesmos bairros, estudam nas mesmas escolas e trabalham nas mesmas empresas”, dizia a jovem. “Existem problemas entre as comunidades, um cristão médio sofre mais dificuldades sociais do que um muçulmano médio, mas daí para um conflito sectário é uma distância muito grande”, concluía Nagiba.

As greves continuam

O massacre realizado pelo exército à manifestação é também um aviso a toda oposição. No Egito as regras do jogo podem estar mudando. O descontentamento cada vez maior com a junta militar, expresso abertamente nas recentes críticas feitas

pelos partidos liberal-burgueses ao processo de transição, somado à onda de greves vitoriosas, desencadeadas nos últimos dois meses, revelam um acirramento das tensões sociais no país. A tentativa orquestrada pelo regime de fomentar a divisão entre as massas pode muito bem indicar que a junta militar precisa aumentar o grau de coerção frente à clara redução do consentimento.

Na cidade de Mahallah, coração industrial do Egito, uma nova onda de greves na indústria têxtil pode mais uma vez eclodir em meio à crise de Maspiro. Enquanto a central sindical independente cresce a cada dia, a contradição central da sociedade, aquela que coloca os proprietários dos meios de produção no campo oposto aos produtores, parece estar longe de ser esquecida pela classe trabalhadora. Por mais que a junta do Marechal Tantawi insista na tecla religiosa, nada garante a estabilidade de seu emprego. Mesmo após o tenebroso massacre do domingo, como diz a velha expressão militante, a luta continua. Que os mártires de Maspiro não tenham caído em vão.

Blog Convergência: um Adeus com gosto de Até Breve

Conselho Editorial |

O Convergência surgiu na internet no dia 21 de setembro de 2012. Ao longo destes quatro anos publicamos 706 textos, redigidos por 159 diferentes autores. Fomos visitados, nos últimos 12 meses, por cerca de 200 mil usuários, que visualizaram perto de meio milhão de páginas. Agora, o Blog Convergência está saindo do ar.

Ele era uma iniciativa associada ao PSTU. Em função da ruptura

com o PSTU dos militantes que constituímos o MAIS, chegou a hora de dizer adeus. Não estamos, porém, abandonando a tarefa que nos propusemos. Muito pelo contrario.

Estamos criando uma nova ferramenta, integrada ao **Esquerda Online**. Abraçamos o projeto de construir um portal diário da esquerda radical. Ele estará voltado a relatar, online, nossas lutas políticas e teóricas pela revolução brasileira.

Nosso adeus, portanto, é muito mais um convite que uma despedida, mais um avanço do que um recuo, mais um salto do que uma queda. Até mesmo porque o novo blog será, também, uma ferramenta ao serviço da reorganização da esquerda anticapitalista na conjuntura aberta pós-golpe parlamentar, em que as tarefas da luta teórico-programática serão, em função da crise do lulismo/petismo, mais desafiadoras.

Assim a equipe que era responsável pelo Blog Convergência estará vinculada, intimamente, ao surgimento de uma nova organização marxista revolucionaria que se coloca este propósito: o Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista, **Mais**.

Dois momentos

Ao olharmos para trás, podemos localizar na trajetória do Blog dois momentos distintos. Um primeiro, até abril de 2015, esteve voltado para a defesa do marxismo junto à intelectualidade universitária, e orientado para o desenvolvimento da reflexão crítica nas fileiras do PSTU. No segundo, o Blog Convergência serviu, também, através da divulgação e polêmica marxista, como uma referência educativa na luta de ideias dentro do partido. Este debate encontrou limites intransponíveis e resultou, em julho deste ano, na ruptura de quase metade da militância da antiga organização, e na formação do Mais.

A gênese do Blog, portanto, se deu dentro das fileiras universitárias. Mais especificamente, sua origem vem do **VII**

Colóquio Internacional Marx & Engels, realizado entre os dias 24 e 27 de junho de 2012 na Unicamp. A importante presença do PSTU no espaço levou seus ativistas acadêmicos, em iniciativa articulada com a direção do PSTU, a optarem pela formação de um blog dedicado à divulgação e luta teórico-programática.

A ideia inicial, em que Daniela Mussi, Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Henrique Carneiro, Felipe Demier, Waldo Mermelstein, Valério Arcary e Carlos Zacarias, entre outros militantes da **Revista Outubro**, tiveram papel de destaque, era organizar a circulação de textos, entrevistas e a divulgação de atividades acadêmicas marxistas. O acirramento da luta de classes, menos de três anos depois, ampliou esses objetivos.*

Um dos detonadores de um novo momento na luta interna foi a irrupção de massivas e reacionárias mobilizações das camadas médias a partir do **dia 15 de março de 2015**. Com elas, pela primeira vez depois do fim da ditadura militar, a oposição de direita conseguiu audiência de massas para disputar nas ruas o destino do governo de conciliação de classes encabeçado pelo PT.

Naquele momento, duas distintas visões de mundo, que já se gestavam no PSTU desde Junho de 2013, vieram à tona. De um lado, uma maioria dos dirigentes veteranos do partido defendia que a palavra de ordem Fora Todos, portanto, também, Fora Dilma, deveria ordenar o programa. Segundo tal visão, a gravidade da crise econômica e política que atingia o país, associadas à operação LavaJato empurravam a classe média, potencialmente, à oposição ao governo. Esta interpretação tornava o debate em torno da adesão ou não ao movimento das camadas médias vestidas de "**verde-amarelo**" uma questão, meramente, tática. Caso os trabalhadores aderissem em massa às mobilizações, foi até considerado como hipótese que seria papel dos socialistas revolucionários **juntar-se a eles** em uma grande mobilização contrária ao governo Dilma.

Em oposição, uma minoria dos quadros veteranos, e a maioria da

geração mais jovem, aqueles que se uniram à luta nos últimos quinze anos, argumentavam outra interpretação e outra política. As camadas médias abastadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, que tomavam as ruas nos atos de domingo, o faziam por enxergarem uma brecha política frente ao desastroso governo do PT. A ida da classe média as ruas com uniforme da CBF era algo a ser combatido, e não aplaudido.

A síntese destas duas posições polarizou os dois principais órgãos públicos do PSTU. Enquanto o jornal Opinião Socialista se recusou a tachar a mobilização de reacionária, o comitê editorial Blog Convergência adotou linha oposta. Valerio Arcary, em seu primeiro de muitos textos de diferenciação pública com a direção majoritária do PSTU, afirmava a época:

Um projeto de golpe “a la paraguaia”, como foi a destituição de Fernando Lugo em 2012, seria uma saída reacionária para a crise política. Um impeachment de Dilma Roussef realizado pelo Congresso Nacional recém-eleito, no contexto de uma campanha de ruas apoiada na mobilização do ressentimento da classe média, resultaria na posse de Michel Temer, e a formação de um governo de coalizão do PMDB, provavelmente, com o PSDB e DEM, que aproveitaria o mandato para iniciar uma onda de ataques antissociais brutais, um ajuste fiscal impiedoso, com sequelas recessivas imprevisíveis.

O conteúdo social e político das manifestações foi antidemocrático, antipopular e, em algumas parcelas, diretamente, anticomunista, e expressavam um ódio exacerbado contra o PT e, também, contra toda a esquerda. As faixas pedindo “intervenção militar”, os bonecos de Lula e Dilma enforcados, cartazes que se vangloriavam de que “comunista bom é comunista morto”, “queremos só Ministério Público e Polícia Federal”, a ameaça contra a vida de João Pedro Stédile, foram incontáveis os episódios lamentáveis.

Arma digital

A análise e a política formuladas pela maioria da direção do PSTU colocaram o blog em crise. **Problemas historicamente acumulados** em torno do regime partidário, **longe de uma exclusividade do PSTU na esquerda anti-capitalista** e que melhor se explicam como produto da marginalidade dos marxistas revolucionários nos dias de hoje, aprofundavam as diferenças.

Frente a esta situação, alguns dos integrantes mais ativos da secretaria do Convergência – Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Daniela Mussi e Felipe Demier – optaram por sair do partido. Em consequência, desligar-se do Blog, dedicando-se, desde então, a construir uma nova ferramenta, o **Blog Junho**. Valorizamos a lealdade de conduta na ruptura e reconhecemos que, enquanto espaço construído do lado de fora das tensões internas do PSTU, o Blog Junho desempenhou importante papel na divulgação das ideias marxistas na rede, expressando muito do projeto original do Blog Convergência.

Ao mesmo tempo, o espaço do Blog Convergência mudava, politicamente, sua natureza. A partir do VIII Colóquio Marx/Engels, organizado pelo Cemarx da Unicamp em julho de 2015, incorporaram-se ao Conselho Editorial Aldo Sauda, Patrick Galba, e Henrique Canary. Ampliou-se, também, a equipe de colunistas, com a integração de Enio Bucchioni, Natalia Conti, Jessica Millaré, Beto Della Santa, e Fábio José de Queiroz, entre outros.

Não por opção premeditada, mais pela dinâmica da luta interna, o blog acabou por dinamizar, publicamente, debates que extrapolavam os corredores partidários. O fez reivindicando o melhor da tradição do leninismo, que sustenta que não deve existir centralismo teórico ou analítico na imprensa partidária. Neste sentido, prevaleceu na política do conselho do Convergência o princípio da democracia socialista; apesar do alinhamento pleno dos membros do conselho às posições minoritárias na direção, o blog manteve-se, ao longo de todos os debates internos, aberto para ambas as alas partidárias. Neste sentido, o blog organizou diversos debates teóricos

públicos, divulgado textos da maioria e da minoria que extrapolavam os Boletins de Discussão Internos.

Porém, ao contrário do que eram as melhores expectativas do conselho, a esperança de que a evolução da luta de classes – que culminou no golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff – serviria para aproximar as distintas posições do interior do PSTU, a distância aprofundou-se.

Enquanto um lado defendia combater o impeachment, interpretando-o como manobra reacionária antidemocrática e antipopular, o outro via na votação parlamentar dirigida por Eduardo Cunha um desfecho que não significava uma mudança desfavorável da conjuntura, denunciava que não teria ocorrido golpe algum, e concluía que a queda de Dilma, ainda que “insuficiente”, correspondia à vontade da maioria dos trabalhadores.

Estas diferenças sobre a situação brasileira, associadas a visões muito distintas da situação internacional e, sobretudo, à ruptura das relações de confiança entre os militantes, conduziram a luta interna a um impasse destrutivo. Insistir na continuidade das polêmicas abria a possibilidade de uma explosão, antessala da desmoralização. Nada é mais valioso em uma organização anticapitalista do que a força moral e o ânimo militante dos seus membros. A pactuação de uma ruptura negociada, portanto, principista, seria um mal menor.

Das mobilizações de rua da direita ao lançamento, dia 10 de junho, do manifesto “Arrancar alegria ao Futuro” – que marcou a separação com o PSTU – o Blog serviu de acúmulo não só para diversos debates sobre a natureza das classes sociais no capitalismo contemporâneo, como também para uma série de reflexões que se encontravam travados há décadas.

Intensamente, a força do debate via internet serviu de contraponto aos problemas de regime partidário. Ao longo deste processo, o Blog acumulou, aglutinou e organizou muitas das

reflexões sobre temas como a restauração capitalista no leste europeu, a natureza da atual etapa histórica, o lugar dos homossexuais na formação do bolchevismo, a forma sob a qual os socialistas devem se organizar, as redes sociais e a luta contra o machismo, a questão nacional palestina, o papel da internet no combate à burocracia, trotskismo e a revolução negra, a política do reformismo europeu contemporâneo, religião e luta de classes, a teoria do valor hoje, as especificidades da política nacional, a dinâmica das organizações islamistas no Oriente Médio, o anti-proibicionismo e sua relação com o marxismo, e um largo etc. Estes documentos, pensados como uma contribuição teórica à esquerda anticapitalista, servem hoje de ponto de partida para a construção do Mais.

Pela via do redirecionamento de seu arquivo de artigos – que a partir de agora será armazenado no Esquerda Online – e o encerramento de suas atividades em seu antigo endereço, o www.blogconvergencia.org, nos despedimos da antiga ferramenta. No espírito de continuarmos pensando coletivamente o socialismo no século XXI, convidamos todos para seguir a pagina no facebook do [Esquerda Online](#).

*por erro o nome de Daniela Mussi apenas entrou na edição do dia 13/10/2015

[A guerra russo-americana à Síria](#)

Aldo Cordeiro Sauda

O colapso da proposta de cessar-fogo na Síria, firmado por John Kerry, secretário de Estado norte americano, e Sergei

Lavrov, ministro das relações exteriores da Rússia, significa, inevitavelmente, o prolongamento da total destruição do país.

O potencial pacto russo-americano serviu mais para explicitar, na prática, que as duas maiores potências nucleares do mundo têm importantes pontos estratégicos em comum para Damasco. Ambas buscam preservar do colapso total os pilares político-militares do Estado sírio, assim como a essência de seu regime em Damasco, visando seus interesses na região.

Segundo o próprio Barak Obama, o acordo assinado dia 10 de setembro em Genebra foi firmado em meio à “desconfiança”. Nunca desde a queda do muro de Berlim a rivalidade mundial entre ambos os países foi tão grande. Além da atuação militar em campos distintos na guerra civil ucraniana e da política de sanções estadunidenses por conta da anexação russa da Criméia, novos elementos ligados à crise política eleitoral americana afetam a relação EUA-Rússia. Talvez a mais curiosa delas sejam as declarações de admiração dadas pelo ultradireitista Donald Trump, candidato à presidência pelo partido republicano, ao presidente russo Vladimir Putin.

Mas a Síria é o principal tema de disputa entre ambos. Maior intervenção militar russa desde a guerra no Afeganistão, o esmagamento da oposição armada a Assad serviu para relocalizar a Rússia politicamente no mundo. O acordo Kerry-Lavrov, é, na prática, a admissão norte americana de que a Rússia ocupa hoje um novo papel geopolítico no Oriente Médio.

Trauma Iraquiano

Ao firmar o pacto de Genebra, os Estados Unidos parecem ter cedido a Putin e até recuado parcialmente em sua proposta por uma “solução iemenita” para a Síria. Isto significava dar um fim a Bashar Al Assad de forma similar ao que foi feito pelos sauditas com Abdel Saleh, presidente que governou o Iêmen por 24 anos. Por meio de um acordo regional, o chefe de estado iemenita assinou um pacto em Riad – capital da Arábia Saudita

– que transferia o poder ao seu vice-presidente enquanto todo resto do regime manteve-se intacto.

Desde a retirada americana no Iraque – sem conseguir os objetivos de dominar de forma estável a segunda reserva petrolífera do mundo – a ideia de desintegrar os pilares militares e administrativos do estado inimigo como estratégia imperialista de dominação foi abandonada no Oriente Médio. Segundo o balanço acumulado no Pentágono e no Departamento de Estado americano, o fracasso da ocupação do país, iniciada em 2003, se deve ao fato de os EUA terem desmontado os dois principais pilares do estado nacional iraquiano; o Partido Baath e o Exército.

Ao ter de lidar com as consequências de uma anarquia incontrollável em Bagdá, Washington concluiu que uma nova estratégia mais racional, inclusive para combater a Al Qaeda e o Estado Islâmico, passava pela preservação de aparatos militares cujos estados mantivessem possíveis posições hostis aos EUA. Foi esta a fórmula política aplicada por Obama à “primavera árabe” frente ao levante pró-democracia que afetou aliados e adversários norte-americanos na região.

Após a concretização deste novo método no Iêmen e na Tunísia – no qual o presidente tunisiano, Ben Ali, foi sequestrado em seu avião e despachado na Arábia Saudita enquanto a velha guarda maneja um processo de transição política – tentou-se ao máximo aplicar a estratégia pós-iraquiana à Líbia e Síria. Em Trípoli, a política americana de mediação com o ditador Muamar Kadafi, que dirigia o país a quase 40 anos, era negociada através de seus filhos. Ela apenas fracassou devido a recusa do tirano em reconhecer a inevitabilidade de sua derrota militar frente o levante.

Já o caso sírio tem ganhado contornos próprios. Desde o início da onda de refugiados à Europa e os atentados do Estado Islâmico, que apanhou os norte-americanos desprevenidos, Washington parece estar recuando cada vez mais da “proposta

iemerita” para a Síria de aplicar limitada pressão político-militar sob Damasco para forçar um acordo que preservasse o regime ditatorial, mas retirasse Bashar Al Assad de sua direção.

Zig-zag iaque

O crescente papel da Rússia na região atuou em parte como um empecilho à estratégia de Obama. Porém, para a sorte de Damasco, ela foi usada na contenção à oposição militar a Assad. Neste caso, a estratégia melhor se expressou no veto americano à venda de equipamento antiaéreo para os rebeldes. Ao proibir seus aliados internacionais que patrocinavam a oposição síria de ceder lançadores antiaéreos tipo MANPAD e mísseis FIM-92H Stinger-RMP, cujo preço da unidade fabricado nos EUA é de menos de 45 mil dólares, Obama impediu Assad de cair.

Inesperadamente, frente à enorme resistência militar dos rebeldes, a ausência em sua parte de armamentos decisivos acabou prolongando interminavelmente o conflito e empurrando os próprios guerrilheiros (formado por diversos grupos e frentes militares) mais e mais nas mãos dos principados do Golfo – principalmente o Qatar e a Arábia Saudita – para o financiamento cotidiano de suas atividades. Enquanto Washington impedia estes países de enviar armas pesadas aos grupos que patrocinavam, enxergavam com bons olhos a distribuição de armas leves, que igualmente impedissem que Assad e os russos se saíssem inteiramente vitoriosos por lá.

O movimento pro-democracia, conseqüentemente, viu-se espremido de todos os lados, e os setores minoritários dos rebeldes ligados a eles, sem esperança de vitória militar, foram lentamente sendo cooptados pelo capital vindo dos países do Golfo. Esses estados, atrelados político-ideologicamente ao fundamentalismo islâmico, formaram uma das duas grandes fontes contrarrevolucionárias que, ao menos temporariamente, conseguiram esmagar o levante democrático em toda região.

Como afirma o trotskista libanês Gilbert Achcar, a “primavera árabe”, diferentemente da maioria dos processos revolucionários do século XX, contou com dois grandes eixos igualmente contrarrevolucionários, que entraram repetidamente em choques armados entre si. Estes dois polos, compostos de um lado pelos antigos regimes ditatoriais, como os de Assad, Mubarak e Ben Ali, foram desafiados por potências igualmente contrarrevolucionárias, como o emirado do Qatar ou o governo turco de Erdogan. Esta dinâmica política, alimentada por aparatos multibilionários, concretamente anulou a força política do polo revolucionário, formado por jovens trabalhadores organizados pela internet que saíram as ruas ao longo de 2011-2012.

Guerra ao Terror

Os detalhes do pacto Kerry-Lavrov, por deliberação dos americanos, foram mantidos em sigilo. O que se sabe dele, portanto, é o que foi anunciado pelos dois governos na coletiva conjunta de imprensa. Ele seria, segundo os ministros, composto por duas fases. A primeira duraria uma semana, caso ela desse certo, se iniciaria a segunda.

Durante a primeira semana, se garantiria um cessar fogo entre rebeldes e o governo sírio, porém, se continuaria a guerra de todas as outras forças contra o Estado Islâmico e a Al Qaeda. Ao longo deste primeiro período, o exército sírio teria de permitir a entrada de alimentos para as cidades controladas pela oposição e sitiadas por Assad.

Mesmo que o cessar fogo tenha sido aplicado por alguns dias, a permissão à entrada de alimentos em cidades como Aleppo foram impedidas pela ditadura. Símbolo maior disto foram os dois comboios de ajuda humanitária, composto por 40 caminhões da ONU destinados à zona leste de Aleppo, que ficaram parados na fronteira entre Síria e Turquia. A recusa do exército de Bashar al-Assad em permitir a chegada da assistência, capaz de alimentar 185 mil pessoas por um mês, ganhou contornos sádicos

alguns dias depois, quando, logo após anunciar o fim do cessar-fogo, comboios com alimentos foram bombardeados pelo ar pelas forças Russo-sírias.

Na segunda fase do pacto entre Moscou e Washington (caso a primeira fase se saísse vitoriosa) Rússia e EUA se uniriam, militarmente, no confronto contra o Estado Islâmico e o grupo Nusra – antiga sessão da Al Qaeda na Síria – e bombardeariam, em conjunto, as regiões do país controlada pelos “jihadistas”. [Afirma o New York Times](#), em uma tentativa de embelezar o tratado:

O elemento chave é que a Rússia precisa, portanto, impedir as forças do Presidente Bashar al-Assad de realizar operações aéreas sobre áreas controladas pela Al-Nusra e as outras forças da oposição. Os EUA esperam que isso termine com o uso indiscriminado de “bombas de barril” [barris de TNT ou pólvora atirados de helicópteros sem alvos determinados em zonas urbanas] – incluindo ataques com gás cloro – que tem permeado o conflito.

Em contrapartida, os EUA terão de persuadir os setores da oposição sob o qual mantêm influência de que eles se separem da Al-Nusra. Assad tem atacado a oposição muitas vezes sob o pretexto de estar atacando guerrilheiros da Al-Nusra.

A argumentação do NYT é curiosa. Afinal, se a grande preocupação dos americanos fosse impedir os bombardeios aéreos com bombas de barril, porque então Washington proibiu a venda de armas antiaéreas aos rebeldes? O eixo do acordo, portanto, parece ser outro, o de tentar introduzir uma vitória mínima à diplomacia americana na véspera das eleições presidenciais frente o debacle sírio.

Independente das intenções de Washington, o acordo foi mal visto pelos rebeldes. Frente aos avanços contínuos de Assad,

qualquer cessar-fogo, de certa forma, é melhor que nenhum cessar-fogo, e por isto, ele foi aceito pelos grupos armados anti-regime. Porém, não a ideia de jogar os rebeldes contra a antiga Jabhat al-Nusra.

A proposta de atacar a antiga Nusra se diferencia daquela que propõem unidade contra o Estado Islâmico. Ao contrário do EI, que está em guerra permanente contra os rebeldes, muitas vezes em unidade de ação com o próprio Assad, a relação da oposição armada à ditadura e sua base social com a antiga Al-Nusra é muito mais complexa. Ao contrário do Estado Islâmico, comandado por estrangeiros sem compromisso com a derrubada de Assad, a antiga Al-Nusra, que rompeu no mês passado sua filiação internacional com a Al Qaeda, integra de fato o campo de oposição militar à ditadura de Damasco. [Segundo afirma o Observer](#), em uma matéria parcialmente produzida no norte da Síria:

Jabhat Fateh al-Sham [o novo nome do grupo jihadista Jabhat al-Nusra] está de fato entre nós,” afirmou Dawood Mahmudi, importante dirigente rebelde do leste de Aleppo. “Eles estão aqui porque ninguém mais está. Eles mantiveram a cidade aberta e a reabriram quando estávamos sitiados. Onde estavam a Rússia e os EUA à época? Eu lhes direi onde estavam: os EUA não estavam em lugar algum e a Rússia estava nos bombardeando. E agora eles dizem, ‘confiem em nós”.

Na província de Idlib, no Noroeste de Aleppo, onde Jabhat Fateh al-Sham tem uma presença maior do que em Aleppo, também havia resistência para a rendição de grupos jihadistas que surgiram em meio ao caos da guerra civil síria como protetores de algumas regiões. “Eles são daqui e eles são parte de nós” disse Abu Towfik, um ancião do vilarejo de Saraqeb, cujos três irmãos lutam com o grupo jihadista. “Eles não seriam o grupo mais forte daqui se a ajuda tivesse chegado antes.”

Unidade Obama-Putin-Assad?

As turbulências mundiais causadas pelas crescentes ondas de refugiados sírios deram mais peso à “pacificação” do país árabe na agenda imperialista mundial. O caminho proposto pelas potências ocidentais, porém, apenas intensificará a destruição da nação e sua sociedade. Ela transforma os estados imperialistas ocidentais em coautores dos crimes da Assad.

Ao invés de reconhecerem a realidade política, de que jamais haverá paz na Síria sem destituição de Assad e a construção de um regime de transição, o imperialismo tem buscado se associar ao ditador para “lutar contra o terror”. [Afirmou o jornal Guardian](#), ao cobrir a assinatura do acordo

Em sua fala, Kerry sugeriu que o regime Assad poderia conduzir ataques aéreos contra a frente al-Nusra (que recentemente mudou seu nome oficial para Jabhat Fateh al-Sham) se tivessem a aprovação dos russos e dos americanos.

Mais tarde, segundo o jornal, John Kirby, porta-voz oficial do Departamento de Estado, afirmou que não haverá qualquer tipo de unidade com Assad por parte dos Estados Unidos. Segundo Kirby, “o objetivo do JIC [a cooperação militar aérea], se e quando ele for estabelecido, seria para coordenar a ação militar entre os EUA e a Rússia, não para outros atores”.

Inevitavelmente, a proposta do Secretário de Estado norte-americano serviu para fortalecer Assad, não só diplomaticamente, mais também no campo militar. Ao propor uma tentativa de solução diplomática sem uma perspectiva política de transição, que incluísse a saída do ditador do poder, os americanos apenas deram mais tempo para as tropas de Damasco prepararem tranquilamente uma nova ofensiva sobre Aleppo. Melhor síntese das ações criminosas de Kerry foi dada por Gilbert Achcar, em um [texto recente](#) na revista The Nation:

Foi anunciado (isto é, vazado) que os estrategistas militares

norte-americanos não confiavam na possibilidade do regime Sírio e seus patrocinadores russos e iranianos de aplicar um cessar-fogo ligado a um compromisso político. Além do mais, o Pentágono não possui intenção de compartilhar dados militares sobre a oposição síria com os russos por temer que ela possa ser usada para aprofundar o bombardeio da oposição a Assad. E eles tem razão da suspeita. Kerry já conquistou seu lugar na história como incrível personificação da diplomacia naif, i.e. sua crença na capacidade de resolver conflitos em mesas de negociação sem o apoio de ações concretas na realidade (acertadamente descrito pelo *Financial Times* como uma “interminável confiança em sua própria habilidade de solucionar problemas caso ele apenas consiga juntar os diferentes lados dentro de uma sala”), e suas incríveis ilusões com relação a disposição de Moscou a ajudar os EUA a sair da encruzilhada síria.

É improvável, porém, que Barak Obama – alguém que dificilmente pode ser suspeito de ingenuidade – compartilhe das idiossincrasias de seu Secretário de Estado. O presidente norte americano tem teimosamente rejeitado mudar sua atitude perante a Síria ao longo dos últimos quatro anos a pesar das enormes evidências de que ele estava permitindo o conflito se degenerar em uma catástrofe para o povo sírio e mais um enorme desastre para a política externa dos EUA após Iraque e Afeganistão. Ao fazer isto, Obama apenas conseguiu convencer a maior parte da opinião pública árabe de que os EUA, que invadiram o Iraque e bombardearam a Líbia por muito menos do que tem ocorrido na Síria ao longo dos últimos cinco anos, apenas se preocupam com países ricos em petróleo. Se alguém na região tinha ilusões nos pretextos democráticos e humanitários invocados por Washington em suas últimas guerras, devem tê-los perdido inteiramente agora. Como Anthony Cordtsman, um dos mais astutos observadores da situação político-militar do Oriente Médio recentemente afirmou, o presidente americano está inteiramente centrado em uma “estratégia de saída” – não da crise síria, mais de seu

próprio escritório.

É preciso arrancar Alegria ao futuro!

O ***Blog Convergência*** divulga o manifesto “é preciso arrancar alegria ao futuro”, assinado por 739 ex-militantes do PSTU que neste momento se desligam daquele partido para convocar a conformação de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil. A iniciativa busca uma unidade superior da esquerda que se movimenta no sentido da luta pela superação do capitalismo, e, no Brasil, pela conformação de um terceiro campo, alternativo às velhas e novas direitas e à coalização que deu suporte aos governos do PT. Estes aspectos sempre estiveram presentes nas bases fundamentais da orientação que motiva a atuação da equipe editorial do blog.

A equipe do ***Blog Convergência*** aproveita para manifestar nossa adesão e apoio integral a esta iniciativa, a qual nos somamos e com a qual esperamos poder contribuir ativamente.

O ato nacional de lançamento da nova organização **ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.**

São tempos de mudança, de novas iniciativas e de novos desafios. O ***Blog Convergência*** também mudará, mas para seguir buscando contribuir com os debates do marxismo e das lutas contra todas as formas de exploração e de opressão de forma ainda mais intensa.

Viva o socialismo e até a vitória!

Manifesto pela construção de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil

O presente manifesto é assinado por algumas centenas de companheiras e companheiros que no passado fizeram uma aposta militante no PSTU. Temos orgulho de ter dedicado o melhor de nossas forças para essa organização, mas hoje vimos a público comunicar que esta experiência chegou ao fim e que decidimos trilhar um novo caminho. Pertencemos a diferentes gerações, somos veteranos e jovens, mulheres e negros, LGBT's, professores e indígenas, operários industriais e da construção civil, petroleiros e estudantes, ativistas e dirigentes sindicais que constroem a CSP-Conlutas, trabalhadores da saúde e do transporte, desempregados e intelectuais, funcionários públicos e terceirizados.

Há cerca de oito meses, começamos uma batalha por nossas ideias dentro da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) e sua seção brasileira, o PSTU. Por meio deste manifesto, queremos expressar nossas posições e as conclusões a que chegamos ao longo desse debate.

O que pensamos?

Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelos revolucionários neste início de século 21 encontram sua explicação mais profunda no impacto reacionário da restauração capitalista na URSS, leste europeu, sudeste asiático e Cuba. A ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica do imperialismo, os discursos sobre "o fim da história" e a adaptação da esquerda reformista à ordem burguesa não passaram sem consequências. O movimento de massas retrocedeu em sua consciência e organização. E os revolucionários sofreram os efeitos desses anos de confusão e crise.

Mas a história não acabou. A crise econômica mundial de

2007-2008 abriu uma nova situação internacional marcada pela instabilidade e pela polarização política, social e militar. Nesse marco, surgiram fenômenos altamente contraditórios, como a Primavera Árabe, a crise econômica europeia, o conflito militar na Ucrânia, os indignados da Espanha, a ascensão de partidos neo-reformistas como Syriza e Podemos, a crise dos refugiados na Europa, o fortalecimento da direita em várias partes do mundo, as manifestações na Grécia, as lutas antiproibicionistas e pelo direito à cidade encabeçadas pela juventude, o declínio dos governos de colaboração de classes na América Latina, o avanço do fundamentalismo islâmico e cristão, o ascenso da luta antirracista, feminista e antilgbtfóbica no mundo inteiro, as jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a guerra civil na Síria, a crise do euro e da União Europeia, o atual ascenso francês e tantos outros.

Assim, a nova situação mundial abre importantes perspectivas aos socialistas. Mas é preciso saber atuar. Acreditamos que a postura dos revolucionários diante da reorganização da esquerda deve ser firme, porém, paciente. Porque o caminho da autoproclamação nos condenaria à marginalidade. Porque sabemos que o isolamento, a condição de minoria e a luta contra vento e maré durante tantas décadas deixaram em todos nós cicatrizes, reflexos sectários que devemos ter a coragem de superar.

Pensamos que a simples apresentação de um programa revolucionário não é o bastante para construir uma organização marxista. O decisivo é que esse programa seja ouvido, que lutemos por ele em cada espaço, que ele seja compreendido e aceito pelas massas e sua vanguarda. Não superaremos a marginalidade com um programa ultraesquerdista, que os trabalhadores não estão dispostos a abraçar, ou que, às vezes, nem sequer compreendem.

No terreno da política nacional, por sua vez, as diferenças não foram menores. Há mais de um ano vínhamos afirmando que era preciso enfrentar, com centralidade, a política de ajuste

fiscal do governo Dilma, mas combater também a oposição burguesa que queria derrubá-la apoiando-se em mobilizações reacionárias. Para esta luta, acreditávamos que era necessário construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo e, se possível, dar a esta unidade uma forma organizativa: uma frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição de direita.

Depois que a maioria da burguesia se unificou em torno à proposta de impeachment, a partir de fevereiro de 2016, defendemos internamente que era vital lutar contra esta manobra parlamentar, sem que isso significasse, evidentemente, prestar qualquer apoio político a Dilma. Porque avaliávamos que a derrubada do governo do PT só teria um sentido progressivo se realizada pelas mãos da própria classe trabalhadora, por meio de suas próprias organizações. Ao contrário, se liderada pela oposição de direita, a derrubada de Dilma seria uma saída reacionária para a crise política; deseducaria os trabalhadores em sua tarefa de autoemancipação. A segunda hipótese foi exatamente a que ocorreu.

Debatemos estas e outras diferenças lealmente durante quase um ano. Não obstante, foi atingido um ponto de saturação. Quando as diferenças se fazem insolúveis, quando a possibilidade de síntese se esgota, quando as discussões se tornam intermináveis e as polêmicas improdutivas, o perigo da desagregação passa a ser maior que tudo. Chegamos à conclusão que o prosseguimento do combate ameaçava com uma ruptura abrupta e desorganizada. Para preservar o maior patrimônio de qualquer organização, seus militantes, optamos por encerrar a luta e oferecer uma saída organizada para a crise. Deixamos o PSTU.

Reconhecemos o PSTU como uma organização revolucionária. Não pensamos que é menos revolucionário agora do que antes. Mas às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização. Apostamos na possibilidade de uma separação

amigável, e portanto exemplar, muito diferente das rupturas explosivas e destrutivas que o passado tanto viu. Mantemo-nos, por isso, nos marcos da Liga Internacional dos Trabalhadores, na qualidade de seção simpatizante.

O que queremos?

Ao mesmo tempo em que nos desligamos do PSTU, reafirmamos nossa disposição em continuar a luta pela revolução socialista em uma nova organização nacional. Reconhecemos a ação consciente e organizada como a mais eficaz. Sobre a base do marxismo, da teoria leninista de organização e de toda a experiência histórica do movimento operário e socialista mundial, queremos construir algo novo. Admitimos sem soberba, com sincera humildade e respeito, que não somos os únicos revolucionários no Brasil ou no mundo.

Somos um pequeno ramo da grande árvore do marxismo revolucionário mundial. Reivindicamos as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional; defendemos a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição de Leon Trotski; nos colocamos a serviço da reconstrução da IV Internacional; abraçamos a herança do trotskismo latino-americano que teve em Nahuel Moreno seu principal dirigente e organizador; defendemos um marxismo ao mesmo tempo rigoroso na utilização dos conceitos e aberto na interpretação dos novos fenômenos; acreditamos que os socialistas devem estar na primeira fileira do combate ao machismo, à lgbtfobia e ao racismo, principalmente num país que traz na sua história a triste marca de quatro séculos de escravidão e que é um dos que mais mata mulheres e LGBT's no mundo; vemos a revolução socialista, em primeiro lugar, como processo de autoemancipação dos trabalhadores, com a classe operária à sua frente; entendemos que o revolucionário é, em primeiro lugar, um rebelde, e por isso o regime interno de uma organização marxista deve se caracterizar tanto pela disciplina na ação, quanto pela ampla liberdade de discussão, e que esses dois aspectos não são contraditórios, mas sim complementares e

inseparáveis.

Rejeitamos qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT, como faz hoje a direção majoritária do PSOL. A redução da luta de classes à luta parlamentar, as alianças com os setores supostamente progressivos da burguesia nacional, a transformação dos deputados, senadores e prefeitos em figuras todo-poderosas, que só devem satisfações a si mesmos – tudo isso já foi feito. E fracassou. Não trilharemos este caminho.

Sabemos que a degeneração política do PT e a corrupção de seu aparelho alimentam uma saudável desconfiança entre os lutadores jovens que não querem ser manipulados como a vanguarda da geração anterior. Aos milhares, os ativistas se perguntam como controlar suas próprias organizações. E têm razão! Porque o tempo da ingenuidade e da credulidade nos líderes precisa ficar para trás. Queremos uma organização em que não haja lugar para os arrivistas, os oportunistas, para aqueles que querem obter vantagens e benefícios pessoais. Queremos entre nós os despojados de pretensão, os desapegados de ambição, os desprendidos de vaidade.

A luta é aqui e agora

O maior desafio de nossas vidas, o sentido de nossa militância, é a realização e o triunfo da revolução socialista brasileira. A classe trabalhadora e o povo oprimido devem se elevar à altura do combate que a história convoca. Treze anos de governos do PT demonstraram de forma irrefutável que a estratégia de regulação do capitalismo através de minúsculas reformas social-liberais conduziu o país a um verdadeiro desastre. A direção do PT é a primeira responsável pela tragédia que se abate hoje sobre a classe trabalhadora brasileira. Lula e Dilma traíram o sonho dos trabalhadores, enterraram-se a si próprios e abriram o caminho para Michel Temer e Henrique Meirelles. A verdadeira libertação dos explorados e oprimidos passa, portanto, pelo combate à conciliação de classes promovida pelo PT e pela retomada de

uma estratégia de ruptura revolucionária da ordem.

A crise e posterior falência estratégica do PT, tão evidentemente demonstrada nas jornadas de Junho de 2013 e no episódio do impeachment, colocam para a esquerda marxista brasileira o dilema de sua própria crise, de sua própria marginalidade, de sua própria fragmentação. Os calendários eleitoral e sindical não comportam mais as lutas que vêm ocorrendo. É preciso uma saída estratégica. É nesse sentido que precisam trabalhar os marxistas revolucionários.

Mas as lutas dos explorados e oprimidos não podem esperar. Elas estão ocorrendo aqui e agora. Para que elas sejam vitoriosas, precisam ser cercadas da mais profunda solidariedade, em torno a elas deve ser construída a mais ampla unidade.

Essa unidade na ação prática, na luta comum, passa hoje, em nossa opinião, pela bandeira do Fora Temer, quer dizer, a luta contra o governo de plantão e suas medidas. Sem a unidade dos movimentos sociais combativos em torno a essa tarefa decisiva, correremos dois perigos. O primeiro é que o impulso de todos esses enfrentamentos parciais se disperse, pela ausência de uma estratégia geral comum. O segundo é que os combates específicos sejam apropriados pela direção do PT em seu projeto de voltar ao poder com uma nova candidatura Lula. Ou seja, a velha chantagem do mal menor. A maior tarefa da esquerda anticapitalista, portanto, é abrir o caminho para outra saída política. E ela pode ser construída desde já. Nenhum dos partidos e organizações da esquerda combativa pode hoje, por si só, oferecer esta saída.

Para ser efetiva, essa saída precisa ser construída de fato por todas as correntes e organizações combativas do movimento social, por todos que desejam sinceramente conformar esse terceiro campo alternativo da classe trabalhadora.

Defendemos a unidade deste terceiro campo também nas eleições

municipais de 2016. Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajustes que são aplicados por todos os governos e prefeituras. Nos colocamos desde já a serviço dessas grandiosas tarefas.

Queremos, enfim, construir uma organização que resgate a grandeza e a integridade do projeto socialista; uma organização que seja digna da memória daqueles que vieram antes de nós e entregaram suas vidas na luta pela igualdade social; uma esquerda revolucionária não-dogmática, que não se acomode nas poltronas de couro dos gabinetes parlamentares, mas que combata também o corporativismo e o burocratismo dos sindicatos, que priorize a luta direta das massas, que dialogue com a ampla camada de ativistas surgida no último período, que seja capaz de influenciar verdadeiramente os rumos da luta de classes no país, de inspirar confiança e esperança novamente.

O desafio é gigantesco, mas temos confiança que podemos, como dizia o velho poeta Maiakovski, “arrancar alegria ao futuro”. É chegada a hora de ousar. Mais do que nunca, é preciso lutar, é possível vencer.

Os assinantes do presente manifesto convidam também a todas e todos para o ato nacional de lançamento da nova organização, que ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.

Viva a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro!
Viva a revolução! Viva o socialismo!

—

As assinaturas do manifesto podem ser vistas em: <http://alegriaaofuturo.com.br/quem-assina/>

Brexit: Um giro histórico-mundial

Alex Callinicos | Tradução e Introdução: [Aldo Sauda](#) |
Revisão Técnica: [Waldo Mermelstein](#) |

Em meio à campanha monotemática da imprensa mundial e brasileira sobre a natureza retrógrada, se não abertamente reacionária, do voto pelo *Leave*, uma leitura atenta às vozes críticas vindas do Reino Unido é tarefa central. O texto abaixo, cuja primeira versão foi publicada na revista bi-mensal [International Socialism Journal](#), órgão teórico da [International Socialist Tendency](#) (cujo principal partido nacional é o [SWP britânico](#)) é certamente uma delas.

Seu maior valor é ir no sentido oposto ao senso comum que reduziu o Brexit a uma mera onda xenofóbica de trabalhadores brancos racistas movidos por uma irracionalidade anti-imigrante. À luz de uma leitura marxista sobre o papel desempenhado pelo Reino Unido no sistema imperial norte-americano, ele busca analisar, sem secundarizar o tema do racismo, a dinâmica que levou a maioria dos trabalhadores britânicos a votarem contra a orientação do governo, dos dois principais partidos do país, das entidades representantes do capital financeiro e industrial, assim como da burocracia sindical.

O marxismo revolucionário britânico, além dos contornos de seu espaço político, é em geral desconhecido pelo ativismo no Brasil. Não deixa de ser curioso que a própria tradição teórica da IST tenha pouco peso intelectual na América Latina, porém exista, mesmo que de forma marginal, em partes importantes da África, da Ásia e do mundo árabe.

Contraditoriamente, essa relevância se relaciona diretamente ao anterior peso colonial britânico naquela parte do mundo. Talvez não seja um exagero afirmar que o papel central desempenhado pela cultura estado-unidense no continente americano, primeira parte do mundo em que Londres foi substituída por Washington, blindou-nos não só das influências imperialistas da tradição política britânica, mas também de sua rica produção anti-imperialista. A tradução do texto abaixo, redigido por [Alex Calinicos](#), professor de Estudos Europeus da Universidade de Londres (King`s College) e dirigente do SWP-UK e da IST, é uma pequena contribuição, pela via anticapitalista, de aproximar espaços políticos tão distintos.

Aldo Sauda

O voto britânico do dia 23 de junho para sair da União Europeia é um evento de enorme importância geopolítica. (1) Ele terá como efeito a desorganização do nexos de alianças pelos quais as potências imperialistas ocidentais, dirigidas pelos EUA, administram o capitalismo global. Ele é também um golpe duro contra a União Europeia. Mesmo que os diplomatas europeus tentem transparecer resiliência, perder o segundo maior país da UE, assim como seu principal centro financeiro e militar, não é pouca coisa. A vitória do *Leave* é também a repetição de uma série de referendos nos quais as instituições e iniciativas da União Europeia foram rejeitadas pelo voto popular – Grécia (2015), Irlanda (2001 e 2008), Holanda (2005), França (2005), Suécia (2003), Dinamarca (1992). Segundo especulação do colunista do Financial Times Wolfgang Munchau, caso o primeiro ministro italiano Matteo Renzi perca o referendo constitucional marcado para outubro, a Itália também pode estar caminhando para a ruptura (2).

O voto inglês fez tremer o mercado financeiro mundial, cuja força já estava abalada com a decisão do conselho do Banco

Central norte-americano, semanas antes, de adiar seu plano de aumento da taxa de juros para “normalizar” a economia depois da crise. (3) A manchete do Washington Post do sábado, dia 25 de junho, resumia de forma sucinta a situação: “Voto do Brexit sacode o globo”.

Na própria Grã Bretanha, o voto no Brexit colocou em crise os dois principais partidos do país. David Cameron achou que seria uma manobra inteligente propor o referendo para apaziguar a ala direita dos conservadores. O Financial Times publicou esta anedota reveladora sobre seu estado de espírito quando ele apresentou o referendo em 2013:

Quando questionado em 2014 em Chequers por Herman Van Rompuy, respeitado ex-dirigente do Conselho Europeu, porque Cameron não tinha conseguido evitar a situação tão precária na qual se encontrava, o primeiro ministro respondeu fazendo um paralelo da situação com o referendo pela independência escocesa. “vou ganhar fácil o referendo e me livrarei da questão escocesa por mais 20 anos” disse ao seu convidado “o mesmo ocorrerá para a Europa” (4)

o excesso de confiança de Cameron sobre o tema escocês quase lhe custou a unidade do país. Ele apenas conseguiu uma apertada vitória graças ao apoio que recebeu do partido trabalhista, que, por conta disso, perdeu boa parte de sua base eleitoral na Escócia. Na perspectiva da classe dominante, o voto do Brexit é muito mais danoso (e pode precipitar, de qualquer jeito, a independência escocesa). Cameron também conseguiu estilhaçar seu partido e governo, assim como encerrar seu mandato como primeiro ministro um ano após ganhar inesperadamente uma eleição geral.

Os conservadores participaram do referendo afirmando terem aprendido as lições dos anos 90, quando as divisões em torno da Europa levaram ao fim o governo de John Major [primeiro ministro conservador sucessor de Thatcher]. Mas, nas semanas

finais da campanha, a suposta lição foi esquecida e os dois lados começaram a se atacar violentamente. Estes crescentes choques foram bem resumidos por Andrew Rawnsley no Observer:

Todo o veneno gestado no partido conservador durante as últimas décadas agora borbulha na superfície. Em fevereiro, quando iniciou-se o tiroteio, ambos os lados fizeram declarações comportadas de que não levariam ao terreno pessoal as disputas. Adoro a citação de Iain Duncan Smith [ministro da previdência], pedindo para os conservadores fazer uma disputa limpa. “não marque o jogador, marque a bola” afirmou o capitão do FairPlay. Algumas semanas depois, Iain Duncan Smith se referia a Cameron como ‘Pinocchio’. (5)

As tensões pre-existentes no governo, as manobras para suceder Cameron, que já havia prometido se aposentar antes das próximas eleições gerais de 2020, as disputas do próprio referendo, que reacenderam os ódios dos anos 90 – todos esses venenos irão pairar sobre a batalha pela substituição de Cameron e a reestabilização do governo e do capitalismo britânicos.

A crise no partido conservador nos coloca duas perguntas. Primeiro, porque desenvolveram-se antagonismos tão intensos? Segundo, é possível que eles sejam facilmente superados e o governo se reconstitua sob uma nova liderança? Três apoiadores da campanha pelo “Fica”, Caroline Lucas, parlamentar do partido verde, John McDonnell, parlamentar responsável por fiscalizar a política externa do país, e o ex-ministro das finanças grego, Yanis Varoufakis, têm uma resposta fácil à primeira pergunta: “se saímos da União Europeia, quem se candidatada a ganhar mais? As elites políticas e financeiras deste país”. (6)

Se esta declaração se refere aos interesses do capitalismo britânico, ela é pura bobagem. As repetidas declarações dos empresários atacando o Brexit podem ter sido de fato

orquestradas pelo governo, mas elas eram inteiramente genuínas. Grandes bancos de investimento e corporações transnacionais, como CBI, o Banco da Inglaterra, Lloyds, a Mesa Redonda dos Industrialistas Europeus, o FMI, a OECD... estas são todas as instituições que melhor expressam as posições do capital, e todas foram contra o Brexit. A principal exceção foram os *hedge funds*, setor que mais tem tido dificuldades pós crise de 2008, dos quais muitos dos chefes venais e com mentalidade de curto prazo não gostam das ameaças da UE de maior regulação sobre eles. Comparando, por exemplo, aos debates dos anos 80 e 90 sobre se o Reino Unido deveria primeiro se juntar ou não ao ERM (Mecanismo de Cambio) do Sistema Monetário Europeu e depois ao Euro, existe menos divisão no grande capital hoje sobre a questão europeia. (7) Se alguém tem alguma dúvida sobre os desejos do capital, basta olhar as tremendas quedas no mercado financeiro por todo mundo no dia seguinte ao referendo para tirar suas dúvidas.

Pelo seu jeito oportunista de sempre, Cameron havia conseguido fechar em fevereiro um acordo com a UE que atendia em termos gerais aos interesses do capital britânico (digo isso dessa forma por conta da natureza altamente internacionalizada do capitalismo britânico que faz com que seja difícil distinguir entre os interesse das firmas sob controle britânico das estrangeiras – por exemplo, bancos e montadoras de automóveis dos EUA, Japão e Europa – com significativos investimentos no Reino Unido). O Financial Times explica que na véspera da renegociação dos acordos com o resto da UE:

Cameron e [o ministro das finanças George] Osborne... tomaram uma importante decisão estratégica. Enquanto os dirigentes britânicos anteriores afirmavam de forma pouco convincente que estavam “no coração da Europa”, agora os conservadores aproveitavam-se que a Grã Bretanha estava nas margens: não estavam nem no Euro, nem no espaço Schengen de livre circulação, e, portanto, a certa distância da crise econômica e dos refugiados que atingiam o continente. Se o resto da

Europa quisesse se integrar mais, sem problemas. Mas os britânicos exigiriam algumas garantias (8).

O possível acordo – cuja deliberação mais importante aumentava as garantias do status da *City* de Londres como o centro financeiro offshore da zona do euro e permitia que os imigrantes da Europa tivessem negado seu acesso inicial a benefícios sociais – correspondia à natureza peculiar da posição dentro-fora dos britânicos na Europa. O historiador Brendan Simms argumenta em um novo livro que a segurança do estado britânico (e antes, do inglês) sempre dependeu em parte no controle destas ilhas (daí a incorporação da Escócia e a subjugação do País de Gales e da Irlanda) e por outro lado em construir alianças na Europa para impedir o surgimento de uma força hegemônica rival (9).

Mas o que deu ao estado britânico sua dianteira na competição com outras potências europeias foi ter se tornado a plataforma de lançamento do capitalismo industrial e, estreitamente associado a isso, o desenvolvimento de seu império global. A Índia foi, de muitas formas, a chave, garantindo às firmas britânicas mercados e ao estado recursos e soldados. Lord Salisbury, primeiro ministro conservador do século 19, descrevia a Índia como “um quartel britânico nos mares do oriente de onde podemos extrair a quantidade de tropas que quisermos sem ter de pagar por elas”(10). Graças ao exército indiano, os britânicos conseguiram mover o dobro de tropas que os EUA no front do Pacífico durante a segunda guerra mundial, mesmo que os americanos tenham liderado a campanha aliada contra o Japão (11).

Mesmo depois de 1947, quando obrigados a abandonar a Índia depois da revolta colonial que sobrecarregava o império, os britânicos recusaram-se a abraçar a integração europeia. Tanto antes quanto depois da segunda guerra mundial, Winston Churchill advogava pelos Estados Unidos da Europa – porém sem o Reino Unido. “Estamos com a Europa, mas não na Europa”

escreveu em 1930. “Estamos ligados, mas não comprometidos”. (12) O governo trabalhista do pós-guerra adotou a mesma linha, distanciando-se dos primeiros passos da integração, expressa na Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) em 1951. Como seus sucessores conservadores, os trabalhistas imaginavam que o imperialismo britânico tinha o potencial de tornar-se a “terceira grande potência”, depois dos EUA e da União Soviética. Para isso utilizariam o resto de seu império como carta para manter-se no andar de cima, na forma de aliado mais leal de Washington entre seus parceiros europeus. (13)

Dois eventos de 1956 arrasaram brutalmente essa fantasia. Primeiramente, quando os EUA forçou a França e o Reino Unido a abandonar sua tentativa de derrubar o governo nacionalista de Gamal Abdel Nasser. Esse desastre foi acompanhado pela rápida liquidação da maior parte dos impérios coloniais europeus sobreviventes. O outro evento foi quando os seis membros da CECA acordaram os termos para criar a Comunidade Econômica Europeia (ou Mercado Comum) no tratado de Roma de março de 1957. Foi dentro desses marcos que as economias do continente conseguiram dar um salto à frente do capital britânico, que se enfrentava com seu problema crônico de falta de competitividade. Os movimentos dos governos trabalhistas e conservadores nos anos 60 para se integrarem à CEE foram um produto dessa sensação de derrota e até mesmo de desespero, expressa de forma clara em um relatório do ministério de relações exteriores para ao gabinete de ministros:

Ao longo dos últimos 20 anos, o país está a deriva. Em resumo, temos vivido um período de declínio no nosso papel e poder internacionais. Isso tem ajudado a consolidar um sentimento nacional de frustração e de incertezas. Não sabemos qual direção seguir e isso tem abalado nossa autoconfiança. Talvez tenhamos chegado ao momento em que a busca de um novo objetivo e um novo compromisso poderia dar ao país como um todo um foco em torno do qual poderíamos cristalizar nossas esperanças e energias. A entrada na Europa

pode servir como alvo e estímulo para isso. (14)

Uma atitude similar ocorria no Ministério de Economia e Finanças que, segundo Hugo Young, “manteve-se oficialmente contra a entrada britânica” na CEE em 1973,(15) e que continua com a reputação de eurocético. Sir Alan Budd, conselheiro chefe do Ministério nos anos 90, disse ao Financial Times recentemente que “era tão grande o desespero para gerir a economia no início dos anos 70 que o departamento achava que unir-se ao Mercado Comum era irrelevante. A prosperidade britânica não seria garantida e a filiação à CEE seria apenas uma espécie de ‘gesto fútil”. (16)

Na prática, a CEE e mais tarde a UE deu aos britânicos uma base sobre a qual foram capazes de se reconstruir com grande sucesso. A integração europeia sempre teve um objetivo imperialista duplo – primeiro, ela foi promovida pelos EUA para garantir um sócio minoritário próspero e estável na Eurásia ocidental e, segundo, ela serviu como um marco para as forças imperialistas europeias que, apesar de sua subordinação geopolítica a Washington, buscavam seus interesses na esfera global. (17) O Reino Unido também usou a UE da segunda forma, mas de um jeito mais ambíguo que a França ou a Alemanha, porque simultaneamente precisava preservar seu status como principal parceiro dos EUA no manejo do capitalismo global.

Essa posição ambígua possui base material na própria evolução do capitalismo britânico. Em um novo livro de grande importância, escrito por Tony Norfield, ressalta-se o ressurgimento nas últimas décadas da *City* de Londres como o grande centro financeiro internacional (Wall Street pode rivalizar em tamanho, mas está altamente envolvido em prover serviços financeiros para uma economia nacional muito maior). Londres domina as transações em moedas estrangeiras, de derivados em mercado de balcão, de títulos internacionais, assim como o mercado de empréstimos bancários internacionais. Norfield localiza esse esforço dos sucessivos governos

britânicos para apoiar a *City* desde os anos 50, alguns momentos em conflito com as políticas americanas, que ele descreve como “parte de um mecanismo através do qual os capitalistas ingleses operam e do qual extraem rendas do resto do mundo, algo que define o status britânico como um poder imperialista.” (18)

Norfield, porém, relaciona o papel central de Londres em mercados financeiros chave a um controle internacional mais amplo exercido também sobre o capital produtivo:

Em 2013, o Reino Unido tinha a segunda maior quantidade de investimento estrangeiro direto, cujo valor atingia 1,885 trilhão... Enquanto o montante britânico representa apenas 30% do total de investimento norte-americano, em 6,350 trilhões, ele era maior proporcionalmente na economia nacional. Dados da tabela do Financial Times com as 500 principais corporações mundiais em 2011 revelam localização similar. O Reino Unido atingiu o segundo lugar depois dos EUA, com 34 companhias acumulando valor total de mercado em 2.085 trilhões. Os EUA tinham 160 empresas avaliadas em 9.602 trilhões. Outra pesquisa indicou que, das 100 maiores corporações não-financeiras em 2013, elencadas segundo o valor de seus ativos externos, 23 eram americanas, 16 britânicas e 11 francesas, enquanto Japão e Alemanha possuíam cada uma 10. As três maiores corporações sediadas no Reino Unido ocupavam o segundo, sexto e sétimo lugar: Royal Dutch/Shell Group plc, BP plc e Vodafone plc. (19)

O capitalismo britânico continua sendo, como desde a revolução industrial, o mais internacionalizado das grandes economias. Isso lhe dá uma orientação global, e ajuda a explicar os esforços feitos pelo estado britânico em continuar sendo uma das principais potências militares do mundo, porém quase sempre operando em conjunto com os EUA. Utilizando-se de cinco medidores de poder – PIB nominal, quantidade de investimento estrangeiro direto, ativos e passivos bancários

internacionais, peso da moeda em transições internacionais e gastos militares – Norfield coloca a Grã Bretanha em um “distante segundo lugar atrás dos EUA”, porém à frente de China, Japão, Alemanha e França. (20) Desde uma perspectiva liberal, Simms concorda, chamando “o Reino Unido de a última grande potência europeia”, atrás apenas dos EUA e da China. (21)

A localização global do capitalismo britânico o fez um difícil parceiro da UE. Seu status semi-independente ganhou força quando optou por ficar do lado de fora do euro no tratado de Maastricht de 1992, seguido rapidamente pela retirada da Libra do ERM na quarta-feira “negra” do dia 16 de setembro de 1992. A proteção da *City* foi uma das principais razões pelas quais Gordon Brown, quando chanceler no governo trabalhista, bloqueou a entrada dos britânicos no euro ao final dos anos 90. (22) Tony Blair tentou compensar a não participação no Euro promovendo maior cooperação militar europeia sob direção norte-americana, cujo ponto mais alto foi a campanha de bombardeios da OTAN contra a Jugoslavia em 1999. A intensa participação de Blair na invasão do Iraque, frente à oposição francesa e alemã, acabou com esse processo. (23)

A grande ironia é que, apesar da insistência britânica em manter a Libra, e, portanto, ficar de fora do principal projeto europeu desde o tratado de Roma, isso não impediu que Londres se tornasse a capital financeira da zona do euro. Não apenas a *City* domina o comércio cambial da moeda, como, segundo relata o Financial Times, “três quartos do mercado de capitais e rendimentos de bancos de investimento são transacionados no Reino Unido, segundo Oliver Wyman, a empresa de consultoria”(24) As medidas adotadas nos últimos anos para aprofundar a integração da zona do euro em resposta à sua crise quase terminal colocou em risco esta equação delicada – por exemplo, tentando forçar que as transições da moeda ocorram apenas na zona do euro. Porém, Cameron garantiu concessões em Bruxelas, protegendo o status da *City* assim como

um reconhecimento do status especial dos britânicos (por exemplo, estar de fora do compromisso afirmado no Tratado de Roma por uma “união cada vez mais estreita”). Ao longo da campanha do referendo, a Comissão Europeia prometeu facilitar aos *hedge funds* da *City* operações em toda UE. (25) Agora, tudo isso acabou. Os bancos de investimento baseados em Londres podem acabar ficando do lado de forma do mercado único.

Portanto, se os interesses do capitalismo britânico estão tão firmemente atrelados à campanha do *Remain*, porque tanta discussão no partido conservador? A resposta provavelmente pode ser sintetizada em duas palavras – Thatcher e UKIP. Margaret Thatcher se comprometia a reverter o declínio britânico. Ela atingiu significativos sucessos – lançando uma intensa ofensiva neoliberal, impondo grandes derrotas à classe operária organizada, e reforçando a transição econômica em direção à *City* com a desregulamentação Big Bang de 1986. Mas restaurar as glórias imperiais britânicas estava mais além de seu poder (ou de suas intenções). Há humilhações de sobra – quarta-feira “negra”, os fracassos militares no Afeganistão e Iraque, a quebra de 2008 – ressaltando a vulnerabilidade do capitalismo britânico em um sistema global em rápida transformação no qual a distribuição de poder está mudando.

Para a ala Thatcherista do partido conservador, em estado de quase rebelião sob o governo Major e (ao contrário de Cameron e Osborne) hostil às tentativas de Blair de fundir o neoliberalismo à social democracia, a União Europeia tornou-se o inimigo simbólico, no qual despejavam todas as suas frustrações. Livrar-se da UE tornou-se a Grande Escapada que permitirá à Grã Bretanha recuperar um nível de soberania que de certa forma nem mesmo os Estados Unidos possuem. Alguns conservadores, como Michael Gove e o ex ministro da defesa Liam Fox, que se pavoneiam como versões neoconservadoras britânicas, também aderem a outra fantasia ideológica, a de que o Reino Unido teria um futuro irradiante em um mercado livre “anglófono” junto com os EUA e outras ex-colônias

brancas, como Canadá e Austrália.

O único detalhe dessa proposta é que ela é intensamente rejeitada pelos supostos parceiros. A vigorosa intervenção de Barak Obama no debate sobre Brexit em sua visita ao Reino Unido em abril foi para reafirmar a tradicional política norte americana de promover a integração europeia e apoiar a permanência britânica exatamente para garantir que Washington tenha um aliado poderoso e simpático para as decisões tomadas em Bruxelas. Assim como Donald Trump se apropriou do partido republicano a partir de uma proposta que rompe com a estratégia imperial norte americana desde os anos 40 de construir uma ordem liberal capitalista global sustentada no poder militar norte americano, temos um paradoxo no qual o principal partido do grande empresariado esta se afastando dos interesses do capital.

Segundo o trecho famoso de Karl Marx: “A forma específica em que o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e reage por sua vez sobre ela como um determinante” (NT: tradução nossa feita da citação da edição inglesa referida pelo autor)²⁶ Certamente, os antagonismos na superestrutura política, nesse caso, reagiram sobre a base econômica do capitalismo britânico com um toque de vingança.

O Brexit, portanto, não pode ser visto como base de uma estratégia alternativa do capitalismo britânico. O que lhe deu força foi um processo de recomposição geracional da base ativista dos conservadores. Nele, o euroceticismo é norma, reduzindo a ala pro-UE do partido a um amontoado de idosos representado por figuras do passado, como Michael Heseltine e Ken Clarke. Essa transformação foi reforçada pelo crescimento do UKIP. O legado de Nigel Farage [principal eurodeputado do partido] foi remodelar as preocupações daquilo que tradicionalmente sempre foi uma pequena minoria, que identificava ameaças à soberania britânica por um

“superestado” europeu, em uma causa popular, colocando no centro da questão europeia o tema da imigração e explorando a chegada de imigrantes da Europa central e oriental desde a expansão da União Europeia para o leste iniciada em 2004. Os avanços do UKIP na base eleitoral de ambos os principais partidos empurrou o debate sobre imigração à direita, mas ele também energizou o partido conservador em sua tentativa de reassumir o controle sobre a questão europeia.

Como isso se expressou na campanha do referendo em si? Sob bombardeio constante do capital sobre os malefícios do Brexit, os dirigentes conservadores da campanha pelo *Leave* foram entrando mais e mais no terreno do UKIP, prometendo que a saída da UE significaria que o Reino Unido “retomaria o controle de suas fronteiras”. Isso é mais uma fantasia ideológica: é a dependência do capitalismo contemporâneo do trabalho imigrante que está redesenhando a demografia na Grã Bretanha, assim como em outros lugares, e não o princípio da União Europeia de livre circulação do trabalho. Porém, o racismo provavelmente não foi o principal fator que levou as pessoas para o campo do *Leave*.

O UKIP já tinha se beneficiado da repulsa dos eleitores comuns contra toda a elite política e econômica. Nesse caso a campanha do referendo apontou sinais contraditórios. Por um lado, o debate mais geral resumiu-se a playboys engravatados do partido conservador batendo boca entre si – dificilmente uma boa fórmula para aproximar o eleitorado. Ao mesmo tempo, a unanimidade do establishment em sua oposição ao Brexit provavelmente empurrou muitas pessoas em direção ao *Leave* simplesmente como um ato de desafio. Pesquisas do Yougov indicam grandes empresas (36%), banqueiros e políticos (ambos com 32%) como os três principais beneficiários da existência da UE, enquanto os perdedores seriam pequenos negócios (26%), pessoas de baixa renda (25%) e aposentados (14%). (27)

Há outra questão muito importante relativa às pesquisas. Todas indicam que quanto mais pobre a pessoa, maior a chance de

votar *Leave*. (28) Isso significa que milhões de votos da classe trabalhadora não foram representados pelas correntes majoritárias do movimento operário. Como no caso do voto parlamentar sobre a intervenção militar aérea na Síria em dezembro, os principais parlamentares do partido trabalhista demonstraram estar profundamente comprometidos com o Blairismo. Vergonhosamente, os dirigentes sindicais, depois de assinarem um acordo com o governo em que conseguiram algumas poucas concessões frente à proposta de uma nova lei anti-sindical, lançaram-se vigorosamente no campo do *Remain* (apesar de três sindicatos importantes dirigidos pela esquerda, ASLEF, BFAWU e o RMT, terem sido uma nobre exceção (29)). Assim como a campanha “uma outra Europa é possível”, marginalmente à esquerda da campanha oficial por ficar na UE, os dirigentes sindicais passaram seu tempo contando a lorota de que a União Europeia era a iniciadora e garantidora de reformas sociais progressivas. Esse discurso serviu não apenas para encobrir a enorme ofensiva neoliberal dirigida pela UE contra o modelo social europeu, mas na prática apagou o papel dos movimentos sociais e da luta dos de baixo na conquista de reformas.

Na pior das situações, isso significou replicar no campo do *Remain* o tipo de política frente-populista que viu no início da campanha [pelo *Leave* o famoso parlamentar pro-árabe de esquerda] George Galloway discursando ao lado de Farage. Consequentemente, Sadiq Khan, o recém-eleito prefeito de Londres, dividiu um palanque com Cameron. Já a parlamentar do Partido Verde, Caroline Lucas, ao ocupar um posto no conselho da campanha “Grã Bretanha mais forte na Europa”, dirigida pelo partido conservador, aplaudiu John Major – que enquanto primeiro ministro fechou as minas de carvão, privatizou as ferrovias e iniciou a mercantilização do sistema de saúde – quando criticava Boris Johnson [o conservador que dirigiu a campanha pelo *Leave*].

Comparado à mistura de apologia pro-UE e à política de colaboração de classes, Jeremy Corbyn [recentemente eleito

dirigente do partido trabalhista, vindo de sua minúscula extrema esquerda] posicionou-se de forma mais inteligente. Forçado pelos Bairristas do [gabinete paralelo](#) a pronunciar-se a favor de continuar na UE quando assumiu a direção do partido, ele deixou claro a ausência de qualquer entusiasmo na campanha do *Remain*. Assim como McDonnell [seu principal aliado na bancada parlamentar], Corbyn recusou-se a colaborar com o partido conservador, e aquilo que era para ser seu discurso pro União Europeia no início de Julho, foi na verdade uma fala de ataques à campanha do *Remain* dirigida pelos conservadores e à própria UE. Como má vontade o New Statesmen reconheceu:

Ele emitiu a quantidade suficiente de ruídos pro UE para fazer com que as críticas do setor mais rancoroso dos trabalhistas europeístas parecessem mais insurreccionais do que produtivas. Ele atçou sua base mais radical, batendo no TTIP [proposta de livre comercio entre Estados Unidos e União Europeia] – que como projeto de tratado ja aparenta estar natimorto – e reafirmando o compromisso de que um futuro governo trabalhista [sob sua direção] reestatizaria as ferrovias. E, crucialmente, ele deu indicativos suficientes para os poucos parlamentares e ativistas anti-europeus do trabalhismo que ele poderia, muito possivelmente, ainda estar, na pratica, do lado deles. (30)

O calculo de Corbyn era de que, provavelmente, o referendo seria um problema dos conservadores e que os trabalhistas poderiam ganhar ao assisti-los brigarem entre si. O problema desse tipo de manobra é que ele pode ter emitido sinais em código aos milhares de eleitores tradicionais do trabalhismo que votaram pelo *Leave*, mas foi incapaz de oferecer-lhes uma direção política clara. Se Corbyn tivesse desde o início atrelado a questão da União Europeia à oposição à austeridade, ele teria consolidado a ampla coalizão que surgiu das eleições que o elegeu para a direção do trabalhismo em setembro. Segundo Freddie Sayers, do YouGov:

A Corbynmania foi um movimento da juventude e das redes sociais, mas foi também um movimento da classe trabalhadora. Como grupo, a coalizão trabalhista que votou na disputa interna do partido trabalhista era em geral mais rica e com mais alto nível educacional que o resto da população, mas dentro desse espaço o grupo mais “normal” eram os apoiadores de Corbyn. Apenas 26% dos apoiadores de Corbyn tinham renda familiar acima de 40 mil libras, um pouco a menos que a média nacional, de 27%. ([os outros candidatos] Andy Burnham, Yvette Cooper e Liz Kandal tinham base de apoiadores mais ricos, com 29%, 32% e 44%.) Portanto, Corbyn conseguiu juntar os “jovens descolados” à esquerda operária. (31)

Porém, o equívoco de Corbyn na prática empurrou a classe trabalhadora que queria o *Leave* em direção a Farage e Johnson. É importante, mesmo assim, analisar cuidadosamente os diferentes elementos da situação. Muitos na esquerda radical e moderada se convenceram que ao longo do referendo o voto pelo *Leave* foi turbinado por sentimentos racistas cuja vitória aprofundaria os Thatcheristas no poder. Isto foi resumido em uma postagem no twitter por Billy Bragg, que dizia “nem todo apoiador do *Leave* é racista, mas todo racista é apoiador do *Leave*”. (32) A lógica desse argumento era claramente furada – Cameron e Osbourne, ao longo de seus seis anos de governo, empurraram o neoliberalismo muito além de Thatcher. E o ataque, feito pelo odioso Alan Sugar, apoiador do *Remain*, dirigido contra Gisela Stuart, a parlamentar trabalhista pro *Leave*, dizendo que ela era “uma imigrante de 1974... querendo dizer aos britânicos o que fazer” deixa claro que os racistas não estavam todos de um lado só. (33)

Mas o diagnóstico parece ser corroborado pelo sinistro assassinato da parlamentar trabalhista Jo Cox por um fascista convicto. O assassinato colocou os seguidores do *Leave* em crise, e incentivou seus opositores do lado *Remain* a apresentarem o referendo como um plebiscito sobre o racismo. Esta linha foi adotada inicialmente pela direção do

trabalhismo, e depois encampada por Cameron e a campanha Grã Bretanha mais forte na Europa. Ao mesmo tempo, dirigentes trabalhistas como o vice-líder partidário Tom Watson, o parlamentar responsável pela política externa John McDonnell, e o secretário geral do sindicato Unite Len McCluskey, anunciaram apoiar um aumento na restrição do livre movimento de trabalhadores dentro da UE.

Essa movimentação foi uma resposta à descoberta pela maioria dos parlamentares trabalhistas que apoiavam o *Remain*, assim como pelos dirigentes sindicais, que amplos setores da classe trabalhadora iram votar no *Leave*. Assumiu-se que suas motivações eram racistas. E obviamente apenas um tolo negaria que o racismo é uma força poderosa e crescente no Reino Unido assim de fato em toda a toda a Europa. Apesar do horroroso assassinato de Cox, o problema não é exatamente uma direita fascista e assumida – composta na Grã Bretanha por grupúsculos em guerra entre si, que apesar disso ainda são uma ameaça que exige atenção e quando necessário contra-mobilizações vigorosas.

Inquestionavelmente, milhões de pessoas votaram no *Leave* sob a influência diluída de um racismo anti-imigrante. Porém, como mencionávamos, ao menos igualmente poderoso foi a alienação em relação a uma elite econômica e política que vem cristalizando a experiência de 40 anos de neoliberalismo e quase 10 anos de crise expressa na queda ou estagnação dos salários, desemprego, habitação social decrescente e um estado de bem estar social que só encolhe. Encarnação do neoliberalismo e do desdém pela democracia, a União Europeia é o símbolo perfeito de todos esses descontentamentos. Londres, um centro financeiro mundial, pode até ter votado *Remain*, mas todas as outras regiões inglesas e todo País de Gales votou pelo *Leave*. Dados do YouGov sugerem que um comparecimento maior e inesperado às urnas no norte da Inglaterra comparado ao sul desequilibrou o resultado. (34) Will Davies comenta de forma sagaz os votos das regiões norte, nordeste e do País de Gales

que foram para o Brexit:

Elas são amplamente reconhecidas como bastiões históricos do trabalhismo, localizados nas minas de carvão ou em cidades centradas em estaleiros navais. De fato, fora de Londres e Escócia, foram os únicos pontos vermelhos do trabalhismo presentes no mapa eleitoral de 2015. Não há razões para crer que eles não continuariam sendo vermelhos caso tivéssemos eleições no outono. Mas na linguagem dos geógrafos marxistas, elas não tiveram um “ajuste espacial” vitorioso desde a crise de inflação/estagnação dos anos 70. O thatcherismo os esvaziou com o fechamento das minas e o monetarismo, mas não gerou empregos no setor privado para preencher o espaço. Os investimentos empresariais que o neoliberalismo sempre acreditou estar logo ali na esquina nunca se materializaram.

A solução apresentada pelo trabalhismo foi a de distribuir renda em sua direção utilizando-se de políticas fiscais: empregos na administração pública foram estrategicamente realocados para o sul do País de Gales e o nordeste para aliviar a desindustrialização, enquanto incentivos fiscais garantiram que empregos de baixa produtividade em serviços fossem socialmente mais viáveis. Isso na prática criou um estado de bem-estar secundário do qual nunca se falava publicamente, e que coexistia com uma cultura política que condenava a dependência. O comentário infame de Peter Mandelson [ex-parlamentar trabalhista], de que os bastiões do partido iriam sempre votar no trabalhismo, independente de qualquer coisa, “porque eles não têm para onde fugir” refletia uma perspectiva geral. Nos termos de Nancy Fraser, o New Labour [ala blairista social-liberal do trabalhismo] oferecia “redistribuição”, mais não, “reconhecimento”.

A contradição cultural, assim como a geográfica, era insustentável. Não apenas o “ajuste espacial” foi de curto prazo, posto que dependia do aumento na receita fiscal no sudeste e de um governo de centro-esquerda disposto a

despejar bastante dinheiro (ainda que de forma discreta) na região, ele também fracassou por não levar aos eleitores do Brexit aquilo que provavelmente mais queriam: a dignidade da auto-suficiência, não necessariamente em um sentido neoliberal, mas certamente de uma forma comunal, familiar e fraterna. (35)

A pesquisa realizada por Lord Ashcroft no dia da votação revelou que cerca de 49% dos que votaram *Leave* disseram que a principal razão para deixar a UE baseava-se no “princípio segundo o qual as decisões sobre o Reino Unido devem ser tomadas no Reino Unido”, comparado a 33% que argumentavam que votar *Leave* “apresentava a melhor oportunidade do Reino Unido retomar o controle sobre a imigração e suas próprias fronteiras”. Houve também uma quantidade significativa de negros e integrantes de minorias étnicas concordando com eles: “brancos votaram por sair da UE na escala de 53% para 47%. Dois terços (67%) de pessoas que se auto-declaram asiáticas votaram *Remain*, assim como três quartos (73%) do voto negro. Cerca de seis em cada dez (58%) cristãos declararam votar no *Leave*; sete em cada dez muçulmanos votaram *Remain*” (36)

Porém, em uma campanha dominada pelas duas alas do partido conservador, sob pressão constante do UKIP, raça e imigração acabaram tornando-se a forma com que o debate foi enquadrado. Isso não era inevitável. Os dirigentes do movimento trabalhista possuem grande responsabilidade por não expor uma crítica à União Europeia de uma perspectiva de esquerda – não digo necessariamente uma visão internacionalista e anti-capitalista: a crítica da esquerda reformista elaborada por Tony Benn [falecido líder histórico da esquerda trabalhista] já seria bem suficiente.

Existe aqui uma importante lição para a esquerda radical europeia, que segue defendendo a política de “ficar e reformar” advogada por Corbyn durante o referendo, apesar do esmagamento do governo Syriza na Grécia há um ano pelo estados

que dominam a UE e o Banco Central Europeu. Não apenas essa perspectiva é ineficaz, como ela entrega à direita racista e facista a bandeira de oposição à União Europeia. A lealdade do Die Linke, o partido da esquerda alemã, ao projeto europeu significou que ele foi atropelado pelo Alternative für Deutschland, que fundiu a oposição ao Euro com o racismo anti-imigrante e a islamofobia.

Mas voltemos ao segundo ponto: é possível juntar os cacos depois do voto no Brexit? O governo Cameron já era frágil. Desde a eleição geral, fez um recuo atrás do outro, na maioria das vezes em políticas defendidas por Osborne – isenções fiscais, subsídios aos deficientes, trabalho aos domingos, isenção de imposto nas pensões, reorganização escolar forçada, crianças refugiadas. Por detrás desses giros existe um pequeno grupo de parlamentares conservadores, da extrema direita do partido, hostis a Cameron e a Osborne, que aproveitaram a pequena margem parlamentar do governo. Fortalecidos com o voto do Brexit, pressionarão um governo frágil a uma ruptura rápida com a UE.

O governo decapitado terá a tarefa de fazer três coisas potencialmente incompatíveis. Primeiro, terá que encontrar um novo primeiro ministro, através de um processo de seleção no partido conservador que provavelmente azedará ainda mais as relações dentro do partido. Segundo, ele terá de transmitir segurança aos mercados – uma tarefa nada fácil posta a importância da UE para o capitalismo no Reino Unido. A Quarta-feira “negra” foi apenas um dia – mas a libra e as garantias britânicas podem acabar atravessando um longo período de mau tempo. Por fim, ele terá de se envolver naquilo que os especialistas preveem ser um processo difícil e prolongado de negociações com Bruxelas sobre a saída do Reino Unido da UE, enquanto tenta garantir um parlamento em que o governo na melhor das hipóteses tem uma maioria pequena e a maior parte dos parlamentares são contra o Brexit, enquanto o andar de cima da classe dominante estará tentando reverter o curso e

esvaziar as decisões do referendo.

Hugo Young escreveu sobre o referendo de 1975: “ele foi resolvido, com base em um comum acordo, mais pelo medo que pela exaltação: o medo do desconhecido, expresso por um mundo existente fora da Europa que a campanha do Não era incapaz de descrever de forma convincente”. (37) Desta vez, os ressentimentos acumulados da era neoliberal sobrepujaram o medo. Mas o vazio segue existindo, enquanto os líderes do *Leave* desajeitadamente procuram uma orientação alternativa para o capitalismo britânico.

Corbyn pode se localizar bem para oferecer uma alternativa à confusão. A distância que manteve da União Europeia durante o referendo coloca-o em uma boa posição para reconectar-se aos eleitores do trabalhismo que optaram pelo *Leave*. Infelizmente, seu gabinete paralelo no parlamento [de inspiração no ex-primeiro ministro Tony Blair] está mais preocupado em tentar derrubá-lo da liderança partidária por não ter garantido uma vitória no plebiscito do *Remain*. É um ato de incrível arrogância: dado que os organizadores do golpe estiveram na direção do partido trabalhista há muito mais tempo que Corbyn, eles tem grande responsabilidade pela queda no apoio eleitoral dos trabalhistas. Assim como Cameron, *Remain* foi a causa deles, Brexit, a derrota deles. É igualmente um crime rachar o trabalhismo ao meio quando os conservadores poderiam estar sendo forçados a chamarem novas eleições, mas pessoas como Hillary Benn aparentam acreditar que aplicar a tática de terra arrasada é a única forma de salvar os últimos cacos do *New Labour*.

Esta claro que o tema da livre circulação dos trabalhadores dentro da UE continuará dominando a política britânica durante os próximos meses, e talvez anos. Isto é verdade para os conservadores: Johnson e Grove prometeram que o Brexit permitiria à Grã Bretanha romper com esse princípio. Mas seja lá quem suceda a Cameron haverá enorme pressão do grande capital para manter a Grã Bretanha no mercado único europeu (o

que permitiria à *City* continuar a exportar seus serviços financeiros para a UE), e Bruxelas insistiria que isso exige liberdade de movimento. Corbyn usou essa exigência da UE ao longo do referendo para resistir-se a definir um teto no número de imigrantes, mas agora será pressionado a ceder para preservar sua liderança. Incrivelmente, até figuras importantes da esquerda radical, como Paul Mason, que defendeu votar *Remain* como um ato progressivo e internacionalista, agora está defendendo abandonar o direito ao livre movimento do trabalho. (38)

O referendo claramente reforçou as ondas racistas que existem por toda sociedade britânica. Mas não podemos deixar de enfatizar que Conservadores, UKIP e Nazistas não estão ganhando todas. A enorme onda de solidariedade com os refugiados que tomou conta da Europa no início do outono de 2015 não desapareceu. Pelo contrário, uma intensa rede de iniciativas locais de ajuda material e psicológica aos refugiados de Calais a Lesbos se cristalizou por toda Grã Bretanha. Em setembro do ano passado já havia cerca de 31% da população britânica dando algum tipo de assistência aos refugiados. (39) Tirando esse ou aquele pronunciamento de Corbyn e seus aliados, esse notável movimento auto-organizado existe sem representação política de peso. Além de sua própria existência, ele é um poderoso contrapeso aos racistas. A derrota da asquerosa campanha islamofóbica de Zac Goldsmith nas eleições para a prefeitura de Londres revelou outra barreira à ofensiva racista – os hábitos de integração que têm se desenvolvido a partir da diversidade, das entrelaçadas vidas das pessoas nas grandes cidades.

Essas profundas tendências anti-racistas precisam ser organizadas. Isso está começando a ocorrer de forma ampla com a formação do “Stand Up to Racism”, principal animador do dia de ação anti-racista no 19 de Março e copatrocinador do Comboio para Calais do dia 18 de Junho. Mas é preciso também uma perspectiva mais solidamente socialista para ligar o anti-

racismo de forma classista à luta mais ampla contra a austeridade. O surgimento da campanha pelo Lexit, defendendo uma oposição de esquerda e internacionalista à União Europeia, foi um dos sucessos do referendo. Não por ter mudado um grande de votos, mas porque unificou um importante espectro de forças da esquerda radical para uma campanha pelo *Leave* baseado em uma perspectiva anti-capitalista e anti-racista e (ao contrário de outras campanhas contra a UE organizadas pela esquerda) não deu espaço para a perseguição de imigrantes.

O Lexit proporcionou uma voz política, mesmo que pequena, para os trabalhadores que queriam rejeitar a União Europeia em bases classistas. Ela ofereceu, portanto, uma alternativa ao desvio para políticas de colaboração de classes defendidas por alguns dirigentes do “outra Europa é possível”. Acima de tudo, dada a terrível fragmentação e regressão que viveu a extrema esquerda britânica nos últimos anos, a colaboração vitoriosa de diferentes organizações e tradições foi um importante passo adiante. Mas o Lexit foi minoritário na esquerda mais ampla, a maioria da qual se convenceu que a União Europeia é uma trincheira contra o neoliberalismo e o racismo. Isso envenenou os debates, especialmente nas altas temperaturas das redes sociais, na reta final e depois da votação.

Nessa situação perigosa e turbulenta que o Brexit abriu é essencial manter as discordâncias na esquerda britânica radical sobre a Europa dentro de uma perspectiva razoável. A verdade é que todos enfrentamos uma escolha difícil – entre a monstruosidade imperialista neoliberal que é a União Europeia, fortemente apoiada pelos altos escalões do capital britânico, e os thatcheristas racistas e xenófobos que dominaram a campanha pelo *Leave*. Inevitavelmente, em um referendo produto de divisões internas dos conservadores em que é preciso decidir sobre uma questão binária – nesse caso, ficar ou sair? – vamos todos ter que assinalar a mesma alternativa que alguns conservadores. (a menos que nos abstivéssemos, o que significaria ficar do lado de fora do maior debate político da

Grã Bretanha há muitos anos.) O que distingue uma perspectiva de esquerda em tal situação são as razões que damos para as respostas de como (e com quem) iremos fazer campanha. Essas são as zonas de legitima discordância. Mas essas diferenças não podem obscurecer aquilo que temos em comum.

O capitalismo britânico, e talvez mundial, está entrando em águas muito turbulentas. Ao tentar navegar por elas, os conservadores certamente tentarão organizar mais ataques – por exemplo, forçando mais cortes como garantias para os mercados. Ao mesmo tempo, como previ há um ano “questões constitucionais continuarão a atuar como o para-raios da política britânica no futuro imediato”(40) De um lado, haverá as negociações do Brexit, em que os detalhes de como o estado britânico se desligará da Europa serão de grande importância – a luta para preservar a liberdade de movimento é o exemplo mais obvio. Ao mesmo tempo, poderá haver referendos para dividir o Reino Unido, provavelmente na Escócia, possivelmente no Norte da Irlanda. Há também uma luta imediata a ser travada contra os Bourbons da ala direita do trabalhismo. É necessária de forma urgente a unidade contra o racismo, a austeridade e a guerra, e para preservar a abertura política marcada pela eleição de Corbyn.

Notas

1 O presente texto pode ser encontrado no seguinte endereço <http://isj.org.uk/brexit-a-world-historic-turn/>

International Socialism Journal, numero 151 – 27 de Junho de 2016

2 Münchau, 2016.

3 Roberts, 2016.

4 Parker e Barker, 2016.

5 Rawnsley, 2016.

- 6 Lucas, McDonnell, e Varoufakis, 2016.
- 7 Para discussões anteriores sobre as divisões dentro da classe dominante britânica e o partido conservador, ver Callinicos, 1997.
- 8 Parker e Barker, 2016.
- 9 Simms, 2016.
- 10 Citado em Arrighi, 2007, p136.
- 11 Hastings, 2008, pp8-9. Ver resumo da importância econômica da Índia para o imperialismo britânico em Callinicos, 2009, pp153-156.
- 12 Citado em Young, 1998, p13.
- 13 Darwin, 2009, capítulos 12 e 13.
- 14 Citado em Young, 1998, p190.
- 15 Young, 1998, p225.
- 16 Giles, 2016.
- 17 Callinicos, 2015.
- 18 Norfield, 2016, Kindle loc. 3374.
- 19 Norfield, 2016, Kindle loc. 134.
- 20 Norfield, 2016, Kindle loc. 2055.
- 21 Simms, 2016, Kindle loc. 4339.
- 22 Norfield, 2016, Kindle loc. 1229.
- 23 Simms, 2016, capítulo 8.
- 24 Agnew, 2015.
- 25 Brundsen, 2016.

26 Marx, 1981, p797.

27 Moore, 2016.

28 Ver por exemplo Parker e Cocco, 2016, e Ashcroft, 2016.

29 ir para www.rmt.org.uk/news/aslef-bfawu-rmt/

30 Bush, 2016.

31 Sayers, 2016.

32

<https://twitter.com/billybragg/status/743408035167633408?lang=en-gb>

33

https://twitter.com/Lord_Sugar/status/745351864762392576?lang=en-gb

34

<https://yougov.co.uk/news/2016/06/24/brexit-follows-close-run-campaign/>

35 Davies, 2016.

36 Ashcroft, 2016.

37 Young, 1998, p296.

38 Mason, 2016.

39 Travis, 2015.

40 Callinicos, 2015a.

Referências

Agnew, Harriet, 2015, "If Britain Goes: City Divided on UK

Relationship with EU”, Financial Times (8 de Fevereiro), <http://tinyurl.com/jn87j2l>

Arrighi, Giovanni, 2007, Adam Smith in Beijing: Lineages of the 21st Century (Verso).

Ashcroft, Michael Lord, 2016, “How the United Kingdom voted on Thursday... and why” (24 de Junho), <http://lordashcrofthpolls.com/2016/06/how-the-united-kingdom-voted-and-why/>

Brundsen, Jim, 2016, “Brussels Looks at Barriers to UK Hedge Funds Finding EU Investors”, Financial Times (2 de Junho), <https://next.ft.com/content/83d70b0c-28af-11e6-8ba3-cdd781d02d89>

Bush, Stephen, 2016, “Jeremy Corbyn’s Speech on Europe Was Cleverer Than You Think”, New Statesman (2 de Junho), www.newstatesman.com/politics/staggers/2016/06/jeremy-corbyns-speech-europe-was-cleverer-you-think

Callinicos, Alex, 1997, “Europe: The Mounting Crisis”, International Socialism 75 (verão), www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1997/xx/europe.htm

Callinicos, Alex, 2009, Imperialism and Global Political Economy (Polity).

Callinicos, Alex, 2015a, “And Now the British Question”, International Socialism 147 (verão), <http://isj.org.uk/and-now-the-british-question/>

Callinicos, Alex, 2015b, “The Internationalist Case against the European Union”, International Socialism 148 (otoño), <http://isj.org.uk/the-internationalist-case-against-the-european-union>

Darwin, John, 2009, The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System 1830-1970 (Cambridge University

Press).

Davies, Will, 2016, "Thoughts on the Sociology of Brexit" (24 de Junho), www.perc.org.uk/project_posts/thoughts-on-the-sociology-of-brexit/

Giles, Chris, 2016, "How a Eurosceptic Treasury became Remain's anti-Brexit Champion", Financial Times (31 de Maio), <https://next.ft.com/content/dc838140-23f0-11e6-9d4d-c11776a5124d>

Hastings, Max, 2008, Nemesis: The Battle for Japan, 1944-45 (Harper Perennial).

Lucas, Caroline, John McDonnell, e Yanis Varoufakis, 2016, "The London Declaration: Vote In to Change Europe" (28 de Maio), www.anothereurope.org/declaration

Mason, Paul, 2016, "Britain is not a Rainy, Fascist Island—Here's my Plan for ProgrExit", Guardian (25 de Junho), www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/25/britain-rainy-fascist-island-progrexit-brexit

Marx, Karl, 1981, Capital, Volume III (Penguin).

Moore, Peter, 2016, "Big Business, Banks and Politicians Seen as Main Winners from EU" (3 de Junho), <https://yougov.co.uk/news/2016/06/03/big-business-banks-politicians-main-winners-eu>

Münchau, Wolfgang, 2016, "Italy May be the Next Domino to Fall", Financial Times (26 de Junho), <https://next.ft.com/content/009468b0-3b89-11e6-8716-a4a71e8140b0>

Norfield, Tony, 2016, The City: London and the Global Power of Finance (Verso).

Parker, George, e Alex Barker, 2016, "David Cameron's

Adventures in Europe”, FT Magazine (22 de Janeiro), <https://next.ft.com/content/26cbc524-bfb4-11e5-846f-79b0e3d20eaf>

Parker, George, e Federica Cocco, 2016, “How Battle over Brexit Crosses Traditional Party Lines”, Financial Times (2 de Junho), <https://next.ft.com/content/32414e3e-2804-11e6-8b18-91555f2f4fde>

Rawnsley, Andrew, 2016, “This Isn’t A Tory Game of Thrones, the Stakes are High for Everyone”, Observer (5 de Junho), <http://tinyurl.com/zupb5se>

Roberts, Michael, 2016, “Janet Yellen and the US Economy” (6 de Junho), <https://thenextrecession.wordpress.com/2016/06/06/janet-yellen-and-the-us-economy>

Sayers, Freddie, 2016, “Bernie Sanders, Jeremy Corbyn and Their New Coalitions on the Left”, Guardian (15 de Fevereiro), www.theguardian.com/news/datablog/2016/feb/15/bernie-sanders-jeremy-corbyn-new-coalitions-left

Simms, Brendan, 2016, Britain’s Europe: A Thousand Years of Conflict and Cooperation (Penguin).

Travis, Alan, 2015, “One Third of Britons Have Helped Refugees in Some Way”, Guardian (24 September), <http://tinyurl.com/ohfcnex>

Young, Hugo, 1998, This Blessed Plot: Britain and Europe from Churchill to Blair (Macmillan).

Operários em Luta: Testemunhos da ocupação da fábrica MABE

Aldo Cordeiro Sauda |

Após ficarem três meses sem receber seus salários e benefícios, os operários metalúrgicos da MABE, empresa de eletrodomésticos que produz as linhas GE e Continental, decidiram partir para a ação. Segunda-feira, após uma assembleia dos trabalhadores, eles ocuparam as duas plantas da fábrica, uma na cidade de Campinas, e a outra, na vizinha Hortolândia.

O objetivo da medida é impedir que a falência da empresa (denunciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas como fraudulenta) leve cerca de dois mil trabalhadores ao desemprego. Não por acaso, a medida vem sendo chamada de “golpe” pelos operários que ocuparam a fábrica.

Com o intuito de dar voz aos trabalhadores em movimento, o Blog Convergência foi até Hortolândia ouvir o que aqueles operários tinham a dizer sobre a ocupação. Junto à versão escrita de nossa conversa com Flavio, um dos jovens operários que dormiram ontem na fábrica, reproduzimos abaixo a versão crua do áudio da entrevista.

<http://blogconvergencia.org/wp-content/uploads/2016/02/Cópia-de-Ocupa-Fábrica.m4a>

Blog: Você poderia contar um pouco sobre o que está acontecendo aqui na MABE?

Flávio: A empresa vem de uma falsa recuperação judicial, uma

falsa falência. Ela veio minando a gente, tirando as verbas rescisórias, não pagando salário, 13º, atrasando. Depois ela decretou uma falência, na qual a juíza assina um dia e no outro a mesma juíza inexplicavelmente sai do fórum. Nós fizemos uma assembleia e ocupamos a fábrica para pedir nossos direitos.

O recuperador judicial já tem garantido que há viabilidade do negocio. Só que ele simplesmente quer demitir a todos, tocar a fábrica do zero, deixando várias pessoas lesionadas e amputadas para fora. Quer recontratar todo mundo ganhando menos e depois vender a fábrica para outro grupo aí e arrancar milhões. Nisto, muitos pais de família seguem passando fome.

Inclusive, ontem deram dois tiros pra cima da gente, em um ato irresponsável da guarda patrimonial da empresa.

Blog: Como foi isso aí?

Flávio: Estávamos ocupando dentro da fábrica, já tínhamos feito um acordo com eles, com o pessoal da patrimonial, pra deixar o nosso pessoal entrar e sair livremente. Nós garantimos que o patrimônio da empresa seria preservado, porque é um bem nosso, um direito nosso.

Ate então tudo bem, mas quando eles viram que o número de pessoas foi diminuindo, tentaram fechar o cerco. Começaram a nos provocar dentro da fábrica, dando risada de nossa situação. Tentaram fazer aqui dentro o que nem a policia faz na rua.

Tínhamos convocado um pessoal, eles foram subir para entrar na fábrica, aí a guarda patrimonial colocou um carro de bombeiros já virado para dispersá-los com jato d'água. Nesse momento fomos pra cima do caminhão pra impedir que eles fizessem isso, aí um irresponsável levantou o revólver e deu um tiro pra cima.

Houve a revolta dos trabalhadores, que foram pra cima dele.

Num certo momento, outro segurança subiu no caminhão de bombeiros e tentou chutar a gente, só que conseguimos pegar a perna dele. Ele caiu e a arma dele caiu no chão. No meio da muvuca, alguém pegou e a gente não viu o que deu.

No meio disso o chefe, o líder da segurança, atirou no chão, no meio da gente, mais no chão. Mas nós fomos para o enfrentamento, enfrentamos. Ai a polícia veio, e depois eles falaram que queriam conversar.

Eles cometeram um crime, não poderiam atirar em todos nós, que estávamos desarmados. Eles cometeram um crime e ficaram no desespero bravo, colocaram os rapazes da segurança dentro de um carro e sumiram. Foi aberto um B.O. na delegacia, e mesmo assim continuamos acampados de noite. Por enquanto as coisas caminham bem, dentro da normalidade.

Blog: E como foi dormir aqui ontem?

Flávio: Foi tenso. Depois de tudo que aconteceu, tiro e tudo, a gente praticamente não dormiu. Qualquer barulho ficamos em alerta né, com medo que, de repente, a patrimonial fizesse alguma coisa com a gente, mas graças a Deus foi tranquilo. A gente ocupou o refeitório, não quebramos nada, só ocupamos lá, estamos fazendo nossa comida e dormindo no refeitório. Foi meio tenso, mas agora parece que as coisas estão mais tranquilas.

Blog: E como foi a ideia de ir pra ação direta, pra ocupação da fábrica e tudo mais?

Flávio: primeiro, precisávamos mostrar que a gente quer uma nova empresa, queremos fazer parte dessa nova empresa. Se ela tem viabilidade, queremos estar dentro do negócio. Conhecemos o processo e vamos ajudar essa nova empresa. O problema tá aí

Precisava de uma assembleia. Pô, vamos fazer dentro da fábrica, partimos pra dentro da fábrica e vamos ocupar.

Queremos uma resposta da justiça, porque a juíza decreta a falência em um dia e no outro ela some, vai pra outro fórum, e a gente decidiu aqui dentro, depois da assembleia, ficar, permanecer dentro da fábrica e ocupar o que é nosso. A gente não vai ser descartado como lixo não.

Blog: Você já imaginou algum dia que iria ocupar uma fábrica?

Flávio: olha, já imaginei greves, ocupações não passavam pela minha cabeça. A marca Continental, na qual eu produzia (a grande linha aqui era Continental e GE) é uma marca que praticamente se vende sozinha. É uma fábrica que não tem investimento, mas é uma venda certa. Você nunca imagina que uma empresa que produz um produto bom, que tem clientes fieis no mercado, fosse armar uma dessas pra gente.

Mas infelizmente já conhecíamos o histórico dos mexicanos. Lá no México quase não existem direitos trabalhistas. A gente não imaginava que eles iam aprontar exatamente dessa forma, mas, infelizmente, o dinheiro fala mais alto.

Blog: Você falou que havia muitos trabalhadores aqui que tinham muitos anos de casa, como é sua situação?

Flávio: Eu tenho 12 anos de casa, adquiri lesões no trabalho, por causa do alto ritmo de produção da empresa. Hoje, simplesmente, eles vão me descartar, pouco se importando comigo e com minha família. Pra mim o mercado de trabalho será quase impossível arrumar outra empresa devido às lesões. Mesmo que eu arrume não vou conseguir disputar de igual para igual com o resto do pessoal.

Blog: A linha branca teve vários incentivos de impostos. A empresa está de fato mal, como está a situação dela? Quando você sentiu que seria demitido?

Flávio: A empresa, na realidade, a Mabe, ela nunca esteve mal. Eles tiraram dinheiro pouco antes da recuperação judicial, tiraram uma grande quantia em milhões. Depois desta saída

estranha de dinheiro, ela veio com esta história de recuperação judicial.

Tinha incentivo de IPI, apresentou um plano de recuperação judicial que ela não cumpriu, porque não quis. Temos informações que os grandes magazines fecharam uma proposta, falaram que iam ajudar comprando, mas ela não mostrou em nenhum momento intenção de recuperar o negócio. No fim do ano, já dava sintomas que eles iam aprontar alguma. Quando nos colocaram de férias remuneradas – que até agora não nos remuneraram – a gente já imaginava esse golpe da empresa.

O golpe está claro, é uma forma de se livrar dos problemas e começar do zero. E nisso não estão se preocupando com os seres humanos que produziram esta riqueza. Muito provavelmente vem uma nova empresa, com a Mabe por trás dela, escondidinha, lá no meio, tenho certeza...

Blog: Como essa ação tem sido recepcionada entre os trabalhadores e qual a postura do sindicato?

Flávio: O sindicato foi fantástico com a gente. Desde o começo montamos o acampamento, principalmente desde as primeiras notícias na mídia, muitos moradores próximos à Mabe vêm, estão dando cestas básicas e leite. A gente está organizando o apoio, distribuindo para as famílias, priorizando quem tem criança.

Contamos agora com a solidariedade de parentes e das pessoas em volta que se sensibilizaram pelas coisas que aconteceram. O sindicato está organizado e pronto qualquer desfecho. Na parte jurídica já atuam, e vamos aguardar aí os próximos dias.

Blog: No ano passado houve uma série de ocupações de estudantes secundaristas. Você vê alguma relação entre a luta de vocês e a dos estudantes?

Flávio: É lutar pelo que é certo. É lutar pelo que é direito. A Mabe soltou uma nota na IPTV dizendo que ia pagar nosso

fundo de garantia e o seguro-desemprego. Mentira, não vai pagar, já é nosso, nós queremos o que ela não vai pagar, que são nossas verbas rescisórias. O recuperador judicial vai continuar, beleza, mas vamos colocar todos pra dentro pra trabalhar. A gente quer trabalhar, garantir nosso emprego. A gente é contra o golpe.

Os alunos se sentiram lesados e ocuparam. Eles estão corretos, porque o brasileiro está perdendo a essência de briga, está acostumado a ficar em cima do sofá esperando as coisas caindo do céu, e não é assim. Aí a gente vê a patifaria do governo inteiro, independente de partido, eu vejo brigas de partido. Pra mim, é tudo balela, infelizmente, farinha do mesmo saco.

Mas se o povo brasileiro acordar a gente consegue mudar alguma coisa. Que nem essa lei nossa de falências aí que o cara vem lá de fora, ganha dinheiro, depois dá um golpe em um monte de trabalhador. Tudo isso sem se preocupar se seu filho está passando fome ou não. Tem que brigar mesmo, tem que lutar pelos direitos sim. Os alunos estão de parabéns.

Gás lacrimogênio, pimenta e jasmim: Cairo em Revolução

Aldo Cordeiro Sauda |

Este 25 de Janeiro celebramos os 5 anos do desencadear do processo revolucionário egípcio. O [#25jan](#) marca também o início da “ocupação dos 18 dias”, outrora conhecida como a “Primeira ocupação da Praça Tahrir”. Foi ela que, no dia 11 de fevereiro de 2011, após 30 anos de governo Hosni Mubarak,

derrubou o ditador.

O texto abaixo, escrito pouco mais de um mês após minha chegada à Cairo Revolucionária como jornalista *freelance*, tem como intuito resgatar um pouco daquele momento de insurreição urbana. O artigo foi redigido no dia seguinte à invasão da embaixada israelense, um dos pontos altos dos conflitos de barricadas do Oriente Médio recente. A tomada da embaixada ocorria em [resposta a um bombardeio](#) de Tel Aviv a postos de fronteira do Egito, que em meio ao caos da revolução, havia perdido o controle sobre a demarcação entre os dois países. Tal fato permitiu que grupos jihadistas com maior facilidade para usar o deserto do Sinai (que separa os dois países) tivessem uma base de ataques contra os israelenses. Não por acaso, o colapso temporário do estado egípcio desencadeou seguidas crises com os sionistas em meio a uma revolução que reivindicava a bandeira do boicote a Israel.

Foram nos enfrentamentos de rua do “dia da correção da caminhada revolucionária” – data no título da [chamada do grande ato](#) organizado pelos grupos da Tahrir que culminou na invasão da embaixada – que pela primeira vez senti o cheiro do gás lacrimogênio usado pelo exercito árabe. Ele passaria, ao lado de furgões militares e delegacias incendiadas, a marcar meu primeiro ano na capital egípcia.

O gás CS, modalidade do gás lacrimogênio usado no Cairo, vinha acompanhado, sempre, de muito gás de pimenta. Gerava uma mistura que chegava a afetar os odores das ruas próximas as barricadas. Elas quase sempre ficavam no bairro de “wist el-balad”, o centro da cidade, em que se concentravam os ministérios do governo. Não era raro nas inúmeras ocupações da Tahrir, os ativistas, ao se enfrentar com os ataque de gás do exercito, se cumprimentar dizendo “Sabah el fol”[\[1\]](#). A expressão significa, em árabe clássico, “boa madrugada”, mas também pode ser traduzida literalmente do egípcio coloquial ao português como “manhã de jasmim”. Não por acaso, estava sempre presente a ironia de que o cheiro de gás lacrimogênio, nas

suas maiores intensidades, estava sempre acompanhada por recuos políticos do governo, queda de ministros, concessões legislativas às exigências do movimento e outras vitórias concretas. Talvez por isto a fuga do embaixador de Israel foi celebrada na vanguarda como um triunfo popular, mesmo que tenha significado um retorno ao Estado de Emergência da época Mubarak.

Na formatação deste artigo, cuja [primeira versão](#) foi publicada no portal Caros Amigos, tentei somar ao texto uma série de vídeos, captados em meu celular, que visualizam um pouco daquele momento. Posto que as imagens não são das melhores, achei que seria justo com o leitor adicionar duas edições de vídeo de autoria de [ativistas egípcios](#). A primeira segue abaixo, a segunda esta no final do texto. ambas, com imagens e sons, sintetizam no sentido mais global aquilo que tento descrever a seguir.

<https://vimeo.com/29712388>

Dia da Correção da Caminhada

Na manhã da sexta-feira do dia 9 de Setembro, batizado pelos egípcios de “dia da correção da caminhada revolucionária”, Cairo, ou ao menos sua região central, foi acordada cedo [\[ii\]](#). Mesmo que o principal ato do dia, marcado na mundialmente famosa Tahrir, estivesse programado para as 13h, a animação começou bem antes.

Cantando e pulando ao som de marchinhas faraônicas ironizando a junta militar que governa o país, um bloco quase carnavalesco me empurrou às ruas lá pelas 8 da manhã. O cordão, formado por volta de 40 pessoas, desfilava em uma rua inteiramente vazia na qual seus moradores assistiam da janela o grupo pular, dançar e se divertir. Pela primeira vez desde o início de agosto, a Tahrir se encontrava livre dos aparatos repressivos do Estado, motivo por si só de júbilo popular.

A tomada pelo governo do mais importante espaço público do

Egito ocorreu no primeiro dia de agosto, quando a chamada segunda ocupação da Tahrir começava a se esvaziar. Desde então, a praça esteve cercada tanto pelo Exército quanto pela odiada tropa paramilitar do ministério do Interior, as Forças Centrais de Segurança (FCS).

A segunda ocupação, voltada contra a junta militar e iniciada no começo julho, foi o último ato de massas a ocorrer no centro da cidade. A desmilitarização da praça era uma das principais demandas dos manifestantes, que haviam anunciado que no dia da “correção da caminhada” iriam retornar ao espaço, mesmo que na marra.

Para evitar maiores desgastes e jogar a responsabilidade da segurança na direção do movimento, o governo, além de anunciar que responderia com “dureza” a qualquer desordem social, retirou toda polícia da região central do Cairo na noite anterior. Além dos soldados do exército e da odiada FCS, nem os guardinhas de trânsito sobraram, fazendo com que a população tivesse que assumir, de forma um pouco descoordenada, o controle da caótica circulação de carros na cidade.

Alguns egípcios celebravam a libertação da Tahrir discursando em um palco erguido em frente à praça, outros desfilavam pelas ruas erguendo fotos do ex-ditador egípcio com uma forca em volta de seu pescoço ou segurando cartazes chamando pelo fim da junta militar. Harmonicamente inseridos no cenário, diversos camelôs vendiam camisas, bijuterias, pipoca, milho verde e o famoso café turco. Se não um carnaval, a praça lembrava uma grande festa popular.

Ao meio dia, de outro ponto da cidade, a militância da esquerda organizada já preparavam sua caminhada. Partindo das redondezas do Centro de Estudos Socialistas, entidade ligada ao principal grupo trotskista do país (os Istrokiin Thawriin, ou, em português, [Socialistas Revolucionários](#)) andariam por cerca de duas horas até a Tahrir. Entre os pontos de parada

estavam a embaixada israelense e da Arábia Saudita. Para proteger seu aliado sionista, o governo egípcio novamente construiu um muro em volta da sede da representação diplomacia.

A construção anterior, algumas semanas antes, havia sido derrubada por militantes contrários ao processo de 'normalização' das relações do país árabe com Israel. Inteiramente de concreto e ainda maior e mais alto que antes, a enorme barreira tornou-se símbolo da submissão da política externa egípcia às exigências de Washington. Após alguns gritos de solidariedade com a Palestina diante da embaixada, logo seguimos em direção à praça.

A marcha do partido, que na saída contava com cerca de 2 mil pessoas, teve em seu ponto de chegada mais de 10 mil. Ela seguia a linha bem humorada que parecia dominar o dia. Uma das características mais marcantes da cultura egípcia é o agudo e muitas vezes profundamente irônico senso de humor da população. Os cantos políticos da esquerda não fugiam a esta regra. Além de capacidade de rimar, as músicas quase sempre possuem engraçadas autocriticas.

No campo das comparações, destoa no Brasil, do "movimento social como um todo" [\[iii\]](#) alusões a expropriações de bancos, derrubadas de governos, e principalmente, resistência armada "as balas e ao fogo do exercito". À exceção do chamado literal às armas diante dos oficiais do exercito, tudo seguia em ordem na folia egípcia.

Midan Al-Tahrir

Ao me encontrar com diversos companheiros depois daquela passeata, me foi apresentado um leque de opções militantes para o resto do dia; uma caminhada organizada pelo sindicato dos advogados e juizes na porta do Ministério da Justiça reivindicando a independência do judiciário, um ato mais robusto na porta da embaixada de Israel, ou uma manifestação,

dirigida pelas torcidas organizadas de futebol, contra a polícia do *Ancien Régime* na sede do Ministério do Interior.

Curioso para compreender a dinâmica das organizadas egípcias, fui, ao lado de um companheiro do movimento estudantil egípcio, uma alemã de origem árabe e uma cineasta palestina, marchar com os “ultras” (como é conhecida aqui a torcida organizada) no ato anti-repressão.

Os militantes das torcidas compõem talvez o setor mais combativo do movimento de massas egípcio. São jovens, muitos com idade entre 16 e 18 anos e quase todos armados com uma energia revolucionária capaz de inspirar multidões. Em um ritmo não diferente de nossas organizadas, estes rapazes, que não falam inglês, não possuem blackberrys nem twitters, e que não se encaixam esteticamente nas exigências do New York Times nem da CNN, compõem a verdadeira vanguarda do processo revolucionário egípcio.

A ideia de uma revolução de jovens ocidentalizados de classe média se mobilizando pelo twitter para derrubar um governo, além de atraente, é politicamente agradável à cultura de massas. Esta, porém, não é a realidade da revolução egípcia. Este é um país pobre onde o analfabetismo funcional é regra, não exceção. [\[iv\]](#)

O ato no Ministério do Interior, que se localiza a três quarteirões da Tahrir, batia de frente com a polícia de Mubarak. Um pouco mais tenso, porém não menos bem humorado que o clima da praça, os manifestantes, que picharam toda a fachada do prédio, expressavam o ódio da juventude à polícia egípcia. Sob a sigla de ACAB (All Cops are Bastards – todos policiais são bastardos) os torcedores do time de futebol egípcio Zamalek mantiveram o dia todo uma campanha de agitação impressionante contra a violência policial.

Entre as exigências do grupo, além da óbvia crítica ao

processo de transição do regime, estava a demanda para que se soltassem diversos integrantes da organizada, que por participar de ações políticas dentro e fora dos estádios, se encontravam presos e processados em tribunais militares.

A questão destes tribunais, ao lado da lentidão no processo de transição política, foi o tema central da “correção da caminhada”. Desde a queda de Mubarak até o início de setembro, quase 12.000 civis estão sendo julgados por [tribunais militares](#) no país. Em meio a processos que duram muitas vezes um ou dois dias sem direito à apelação, o índice de condenação nos tribunais, segundo a organização internacional de direitos humanos [Human Rights Watch](#), está acima de 93%.

Entre as acusações que constam contra os condenados está criticar a junta militar em blogs ou facebook, participar de manifestações contra o regime e outros temas de “subversão à ordem política”. Estima-se que durante os meses posteriores a queda de Mubarak, foram colocados sob jurisdição militar uma quantidade maior de civis que durante toda ditadura do ex-presidente.

Islamistas e a revolução

As atividades na Tahrir, convocadas sob a expectativa de juntar um milhão de pessoas na sexta-feira, aquilo que os egípcios chamavam de “millioneia”, beirou a presença de 100 mil manifestantes. A razão por trás do esvaziamento da “milioneia” estava claro para todos. A Irmandade Muçulmana, principal grupo político em termos de estrutura organizacional do Egito, boicotou o ato da sexta. Movido principalmente pelo temor ao ascenso do movimento operário, o regime militar tem se aproximado cada vez mais do grupo islâmico. O potencial novo bloco teria por objetivo isolar os setores mais radicalizados da juventude e da classe trabalhadora que seguem nas ruas.

Se a ausência da irmandade por um lado parcialmente esvaziou a

praça, por outro ela radicalizou os setores presentes. Além do constante grito de “onde está a irmandade?” ecoar por toda Tahrir, a defesa de um estado laico e democrático foi uma das pautas centrais do dia. Por conta da ausência dos islamistas, o público presente era essencialmente jovem e de esquerda. Isto talvez foi a principal razão pelo caráter festivo e colorido da primeira parte do dia.

Depois de novamente conferir a Tahrir, dirigi-me com um grupo de jovens egípcios recém-formados à embaixada de Israel. Lá, deparei-me, novamente, com milhares de pessoas, que pela segunda vez em menos de três semanas, derrubavam o muro que os separava da representação diplomática.

https://www.youtube.com/watch?v=xNbbaAkEF_M

Armados com martelos, barras de aço e qualquer tipo de apetrecho destrutivo, milhares de egípcios colocavam todas as suas energias para, mais uma vez, tentar expulsar do Cairo o embaixador sionista. Fiel ao espírito do dia, os pedreiros de primeira viagem vibravam e celebravam a cada pedaço derrubado da construção.

O mero fato de literalmente milhares de pessoas trazendo seus martelos de casa para derrubar uma parede no meio da cidade revela por si só o grau de oposição à Israel no Egito. Mais plural do que a Praça Tahrir no quesito idade, o assalto à embaixada novamente contava com a ausência dos militantes islamistas.

Após a queda da barreira, um grupo de jovens conseguiu escalar pelo exterior do prédio uma parte de sua fachada, entrar por uma janela aberta no terceiro andar, e rapidamente ocupar a embaixada. Ainda não está claro como o grupo conseguiu penetrar a segurança do prédio. Provavelmente, a ausência da FCS nas redondezas pegou o governo no contrapé. Possivelmente, o Exército não imaginava que a manifestação seria tão mais radicalizada que na semana retrasada, na qual os egípcios

derrubaram o muro de proteção pela primeira vez, porém não tentaram ocupar o prédio. A ausência da mediação da Irmandade Muçulmana no ato pode ser a resposta chave para esta questão.

Uma vez dentro do prédio, os manifestantes novamente repetiram o gesto de arrancar a bandeira de Israel e colocar em seu lugar uma bandeira egípcia. Após a já esperada cena, algo inteiramente único se iniciou. Como confete, inúmeros documentos da embaixada começaram a ser atirados pela janela para um público jubilante.

Em uma espécie de wikileaks popular, as massas começaram a fotografar tudo que descia da janela, que envolviam desde autorizações para entrar no edifício até arquivos marcados com carimbo de “confidencial”. Com documentos sigilosos em suas mãos, a festa corria solta na porta da representação diplomática.

Repressão

Enquanto milhares celebravam a tomada da embaixada, as forças da elite mundial da política começavam a entrar em desespero. Temendo por sua vida, o embaixador, acompanhado por sua família, fugiu do Egito em um avião militar de Israel com uma delegação de por volta de 70 pessoas.

Enquanto seus diplomatas fugiam, o primeiro ministro israelense, Benjamin Netanyahu, apelava ao governo americano por ajuda a seu país. Washington, muito provavelmente temendo que a fúria dos egípcios pudesse eventualmente se voltar contra ela, respondeu prontamente aos pedidos de Tel Aviv.

Em um telefonema ao primeiro ministro egípcio, o presidente americano, além de expressar sua indignação frente à ação dos manifestantes, exigiu do governo de Cairo que “honre suas obrigações internacionais e garanta a segurança da embaixada de Israel”.

A ordem para proteger a embaixada, vindo de Barak Obama, foi cumprida à risca pelas FCS e a polícia do Exército. Tanques, blindados, soldados armados com fuzis, milhares de homens da FCS e muita, muita bomba de gás lacrimogênio foram atirados contra os manifestantes que se encontravam no ato.

<https://www.youtube.com/watch?v=wR4CjE07pFw>

Não que os outrora alegres manifestantes da “correção da caminhada” não estivessem cientes de que seu carnaval terminaria em guerra. Todos esperavam que lá pela madrugada, alguns milhares de soldados da FCS desocupariam a Tahrir de seus foliões e retomariam a militarização da praça.

Muitos jovens, inclusive, ficaram até mais tarde no local esperando o confronto apenas para marcar posição frente a junta. A remilitarização da praça, porém, acabou não ocorrendo. Literalmente todos os policiais do Cairo se encontravam na frente e redondezas da embaixada israelense cumprindo as ordens de Obama. Não por acaso, os jovens que antes se encontravam na Tahrir logo se deslocaram para a cena do confronto.

A única imagem possível de sintetizar as cenas que tomaram os quarteirões, e mais tarde, o bairro todo na qual a embaixada de Israel se encontra, é de Armagedom. Fogo, fumaça, sirenes, pedras voando de todos os lados, explosões, coquetéis molotov, ônibus e furgões da polícia em chamas, tanques abandonados, rajadas de AK 47 para o ar e o barulho constante do choque de metais compunham o todo do cenário.

Enquanto o exército e a CFS se utilizavam de uma quantidade incalculável de bombas de gás contra os manifestantes, milhares de jovens, correndo com coqueteis molotov em suas mãos, atacavam os representantes da ordem. Eles não tinham mais de 18 anos, porém agiam com uma dedicação e coragem que superava qualquer parâmetro de maturidade.

Um companheiro recém-formado em engenharia da computação que

me acompanhava na porta da embaixada, afirmava sem crer no que via: “é impossível, eles são de força descomunal”. A quantidade de gás utilizada pela polícia e o exercito, segundo Saleh, que participou de todas as batalhas na Praça Tahrir durante a queda de Mubarak, foi a maior da historia dos confrontos políticos no Egito.

https://www.youtube.com/watch?v=s_0B12COZAU

Nem mesmo no dia 28 de janeiro, o dia mais violento da revolução, foi utilizado tanto gás. “Não sei, talvez seja um produto novo”, afirmava o engenheiro, “nunca vi nada igual”. Enquanto tentávamos, ao lado de outros 3 companheiros, nos localizar no meio da guerra, mais de 50 ambulâncias, estacionadas próxima a embaixada, socorriam os feridos. O vai e vem das ambulâncias, os únicos veículos que se locomoviam livremente pelo bairro, somavam ao caos do momento.

Ninguém sabia, exatamente, o que acontecia. Visualmente, colunas de fumaça negra, vindo de diversas regiões próximas à embaixada, serviam como principal indicador da expansão e radicalização dos confrontos.

Durante a batalha que consumia as ruas, tentou-se incendiar a delegacia de polícia, a embaixada e a sede do governo local. Os prédios acabaram não sendo destruídos, mas inúmeras vans e caminhões da polícia foram. A linha de frente dos embates, quase inatingível devido à quantidade de gás e fumaça no ar, tinha como seu chão um mar de pedras antes atiradas na polícia.

Em meio aos confrontos, a quantidade de pessoas derrubadas ao chão devido ao gás superava as dezenas. [Inúmeras motos](#) que ficavam na linha de frente socorriam os caídos, rapidamente os levando para as ambulâncias que se encontravam nas redondezas. Enviadas pelo ministério da Saúde, foram poucos aqueles que não as utilizaram.

Enquanto milhares atiravam pedras contra a polícia, os jovens

das torcidas organizadas vinham em um embalo impressionante por trás da multidão, atirando seus coquetéis molotov nas forças de segurança. Quando a polícia encontrava-se cercada ou na necessidade de recuar, rajadas de fuzil eram disparadas para o alto. O próprio Exército, ao abandonar algumas posições em meio a violência, chegou até mesmo a deixar para trás seus blindados.

Em meio às cenas de caos, notícias ao vivo vindas do twitter informavam que a junta havia acabado de reinstaurar o estado de emergência da era Mubarak. Ao amanhecer do dia seguinte, a imprensa nacional e internacional anunciava o saldo final da batalha: quatro mortos e mais de mil feridos.

Internacionalismo

A tradição das relações internacionais é que elas estejam sempre afastadas dos anseios populares. Dentro deste contexto, é difícil encontrar um paralelo histórico no Oriente Médio para os eventos da “correção da caminhada”. Nem mesmo a tomada da embaixada americana por jovens iranianos, em 1979, é comparável ao que ocorreu no Cairo.

Encabeçada pela junta militar e coordenada pelo presidente Obama, as forças da contrarrevolução hoje se escondem por detrás das leis de emergência de Mubarak. Frente à clara radicalização do processo revolucionário, a contrarrevolução também vem se endurecendo.

Após os eventos da sexta-feira, o ministério do interior anunciou que seus homens estão autorizados a utilizar armamento letal contra futuros atos dirigidos às instalações do ministério. No domingo, o canal de televisão Al Jazeera foi fechado pelas forças do Exército. Mesmo frente a tais incidentes, o governo norte-americano, até então interessadíssimo em comentar a política local, em momento algum se manifestou sobre a censura.

O importante, porém, é que apesar dos ataques, o povo egípcio, entrando em choque com os desejos e esforços do seu governo, conseguiu, sozinho, expulsar o embaixador de Israel. Mesmo que o governo Netanyahu tenha declarado que enviará de volta seu diplomata assim que as condições de segurança permitiram, um novo capítulo foi aberto na história das relações internacionais do Egito.

<https://vimeo.com/34949899>

[\[i\]](#) Além da insurreição, “Sabah el Foul” também é utilizado pela juventude para se referir ao cheiro da fumaça do hashish.

[\[ii\]](#) No mundo islâmico, a sexta-feira ocupa o espaço reservado, nas sociedades cristãs, pelo domingo. É na sexta-feira, portanto, que se descansa do trabalho.

[\[iii\]](#) A revolução segundo Marx, seria feita pelo “movimento social como um todo” no Reino Unido, por necessidade de unidade entre camponeses anti-imperialistas na Irlanda com operários britânicos no Reino Unido, que dominava colonialmente a Irlanda.

[\[iv\]](#) A massa da juventude não usa twitter. Esta não é uma “revolução do Facebook”. Isto não é negar a importância das mídias digitais, pelo contrario, as redes do twitter foram essenciais para a revolução, tão essenciais quantos os e-mails, as mensagens de texto, o telefone celular, e sim, os carros de som, as faixas de rua, os panfletos e diversos outros instrumentos de luta existentes desde a revolução francesa.

Restauração capitalista e as experiências da classe operária no leste

Aldo Cordeiro Sauda |

Operário metalúrgico na Hungria, operário borracheiro e operador de fornos em Moscou e operário moveleiro no círculo ártico da Rússia. Foi pelo método da proletarização no leste europeu e na antiga União Soviética que [Michael Burawoy](#), principal referencia contemporânea da sociologia marxista de língua inglesa, estudou o processo de restauração capitalista nos antigos estados operários.

Professor na Universidade de Berkeley, na Califórnia, Burawoy esteve no Brasil para o lançamento de seu livro, [Marxismo Sociológico](#). Nele, o acadêmico discute a aplicação de seu método de pesquisa “observador-participante” nas fabricas em que trabalhou. Entre suas fontes de [inspiração metodológica está a obra de Leon Trotsky](#), que segundo Burawoy, deve ser interpretado como um dos maiores cientistas sociais do século XX. Confira abaixo sua entrevista para o Blog Convergência.

<https://www.youtube.com/watch?v=6pDcJkF1gLI>